

DGER. COM

CORONAVÍRUS

COMUNIDADE

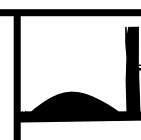
CULTURA E
HISTÓRIA

EQUIDADE

GESTÃO

QUALIDADE
DE VIDA

SUSTENTABILIDADE



GESTÃO

INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR

SISTEMA INTEGRADO DE CONTRATAÇÕES FACILITA E AGILIZA ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DENTRO DO SENADO

Criado em 2018, o Sistema Integrado de Contratações (Senic) é uma ferramenta representativa do processo de modernização do Senado Federal nos últimos anos. Segundo Matheus Oliveira, gestor da Diretoria-Executiva de Contratações (Direcon), o sistema integra os modos de planejamento, instrução e acompanhamento dos processos de contratação. Para isso, leva em conta o ponto de vista de custos orçamentários, aperfeiçoando a governança de contratações da Casa Legislativa.

O plano de contratações do Senado é plurianual, algo que a Direcon ressalta ser inovador dentro da administração pública. Isto permite que o Comitê de Contratações, ao autorizar a instrução de um processo, consiga utilizar o Senic e ver ao longo do tempo quanto determinada contratação vai consumir em termos de recursos. Não apenas no primeiro exercício.

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR



— *Muitas vezes, você tem aquisição de equipamentos e ela será paga no primeiro exercício. Depois você tem a manutenção do equipamento que pode durar até cinco anos. Era complicado quando tínhamos um plano anual. Esta lógica foi quebrada e passamos para o sistema plurianual desde 2019. Esta foi uma sacada tremenda e foi possível porque temos uma equipe multidisciplinar atuando na especificação do sistema. Sadcon, Safin, E-gov, Direcon e Prodasen, cada com o seu olhar para agregar* — observa Matheus Oliveira.

Os envolvidos no processo de contratações afirmam que o Senic é um sistema em constante evolução desde que foi criado. Uma das funcionalidades agregadas desde 2018, foi o módulo de acompanhamento. Hoje, de acordo com Matheus, existem dois relatórios centrais dentro do Senic. O relatório de acompanhamento de processos prioritários é feito diariamente pela Direcon. O outro é o relatório de acompanhamento de contratações, que é produzido, quinzenalmente, por cada órgão técnico.

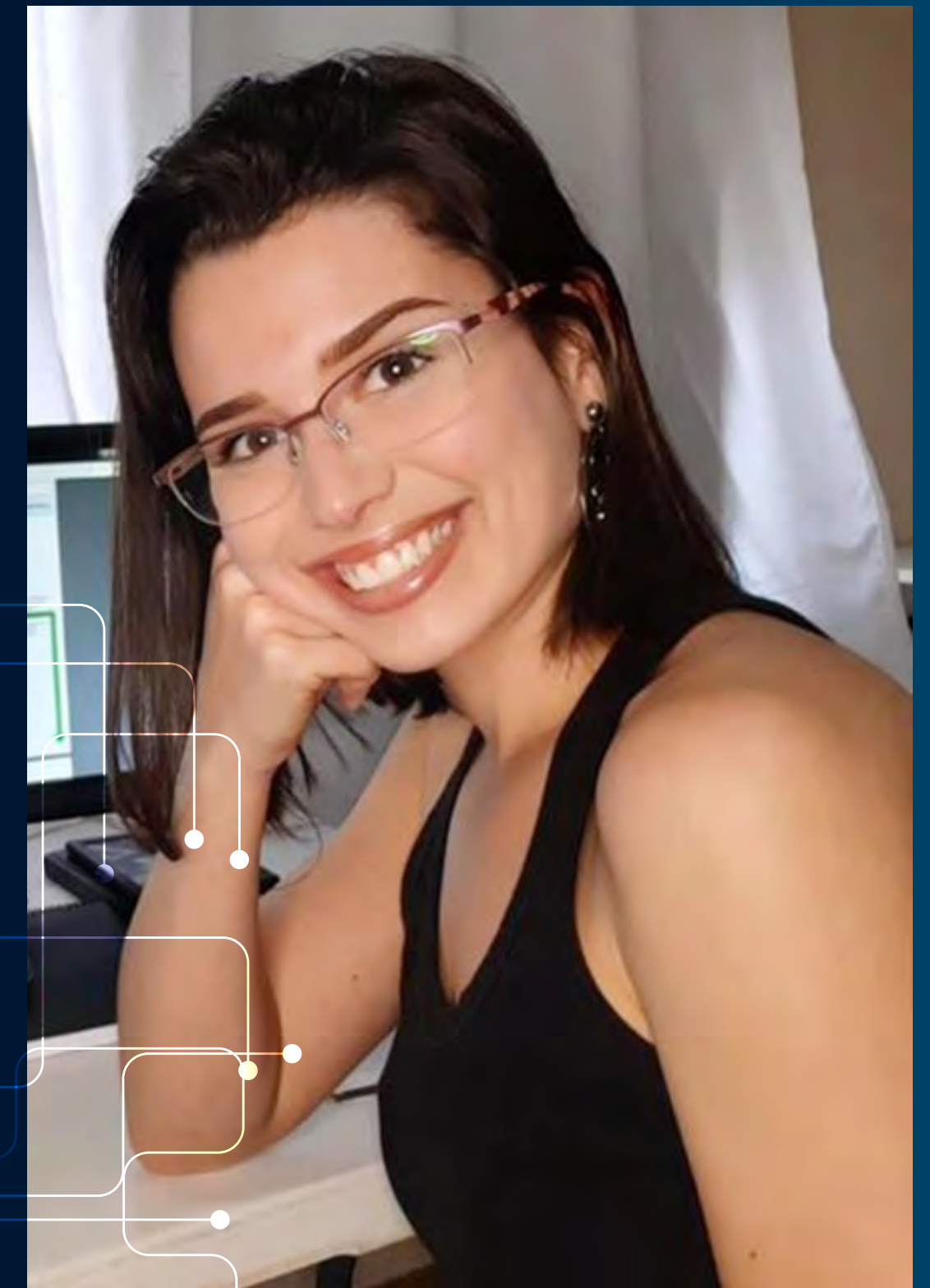
— *Nestes relatórios, nós temos os principais tipos de processos. E o sistema, no caso dos órgãos técnicos, consegue interpretar qual está em seu fluxo normal e qual deles requer algum tipo de atenção. Os relatórios também permitem saber se alguns processos estão parados há muito tempo em um setor ou se estão sem acompanhamento técnico* — afirma Matheus

Ganhos da digitalização — De acordo com Matheus, a digitalização dos processos administrativos trouxe novos desafios para os gestores. Hoje, não é possível observar pilhas de documentos amontoados sobre as mesas e saber se existem processos atrasados. Por isso, os servidores devem ficar atentos às ferramentas adequadas para não perder os processos de vista. Caso contrário, esses documentos podem ser simplesmente esquecidos.

Ana Luiza Vasconcelos, também da Direcon e responsável pelos chamados processos prioritários, sabe bem o que é isso. Há pouco tempo, ela conta que estava à procura de um processo de prorrogação de contrato e descobriu que ele estava parado há 115 dias em um determinado setor. Ao fazer a investigação sobre o ocorrido, a servidora descobriu que o processo havia sido esquecido. Felizmente, após o contato com a unidade, ele foi despachado em cerca de duas horas.

— *Serão lançadas, em breve, listagens que vão auxiliar os gestores sobre o que está próximo de vencer e sobre o que é necessário tomar providências. O Senic, de uma forma geral, desde que eu comecei a acompanhar como usuária e como participante da equipe de especificação, é uma ferramenta para facilitar a vida dos usuários de contratações* — diz Ana Luiza.

A servidora, que ingressou no Senado em 2019 como estagiária da Secretaria de Administração de Contratações (Sadcon), destaca a evolução do processo deste então: *“Quando cheguei ao Senado, nós tínhamos alguns fluxos de tramitação padronizados, licitação, contratação direta, prorrogação. Para tramitar estes processos, o Senic já te indicava opções para onde você deveria mandar. Neste ano, o sistema já inclui 12 tipos de processos de contratação, no qual o usuário é auxiliado pelo sistema com três ou quatro opções de tramitação”*.



Usuários aprovam -

Igor Brito, do Núcleo de Contratações da Secretaria de Comunicação, classifica o Senic como uma ferramenta altamente visual, o que facilita o processo como um todo.

— *O Senic traz um série de manuais, textos e vídeos sobre como utilizar o sistema. Todo o layout é feito de uma forma que facilita o uso* —afirma Igor.



Outro elogio ao sistema são os lembretes para aqueles que trabalham com contratações: *“**Datas para enviar relatórios, datas para enviar solicitações, datas prováveis das próximas reuniões do Comitê de Contratações. Isso é muito importante para a gente se organizar internamente**”*.

Por fim, ele destaca a transparência alcançada pelo sistema em termos da comunicação entre os setores da Casa. *“**Antes, para saber de uma contratação que uma outra secretaria estava fazendo, somente falando com eles. Hoje, dentro do mesmo sistema você encontra todas as contratações do Senado. Posso pesquisar rapidamente e saber todas as informações necessárias sobre uma contratação na Sinfra ou no Prodasen**”*.

Próximos passos - Matheus Oliveira, gestor da Direcon, acrescenta que o objetivo da equipe é fechar lacunas para construir um sistema mais robusto, que permita a rastreabilidade desde a oficialização da demanda até o contrato resultante daquele processo. Um dos próximos passos será o aperfeiçoamento do módulo de instrução. Hoje, de acordo com informações da Direcon, a etapa de planejamento está pronta e a de acompanhamento está 90% concluída.

— *O módulo de instrução será a próxima etapa a ser atacada. Isto inclui o termo de referência eletrônico, estudo técnico preliminar eletrônico e o edital eletrônico. Tudo dentro do sistema. Inclusive, o registro da pesquisa de preços. O que se espera é o que o sistema consiga auxiliar as áreas de instrução para que tenhamos editais com menos erros e em uma velocidade muito maior que a atual. Isto deve reduzir em cerca de 30% o tempo de instrução de um processo de contratação* — acrescentou Matheus.

Em seis anos, muitas mudanças - Matheus Oliveira ressalta que, em 2014, foi criado um programa de sistematização de contratações. Na época, existia um sistema para contratos que já tinham sido assinados. O que se buscava naquele momento, afirma, era o acompanhamento antes da assinatura do contrato. Em um primeiro momento, este projeto chamava-se gestão de aquisições e era muito utilizado pela Sadcon.

— *Ele não permeava todo o Senado e isto trazia dificuldades para a alta administração da Casa interpretar os dados do sistema. Baixa confiabilidade, lacunas quanto ao plano de contratações, poucas informações. O sistema não atingia o objetivo* — aponta Matheus.

VOLTAR | INÍCIO

AVANÇAR



AÇÕES DE COMPARTILHAMENTO DE LEITURAS E DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES BUSCAM APROXIMAR COLEGAS

Trechos literários podem ganhar significados ainda mais especiais quando lidos e interpretados por pessoas queridas. Por isso, além de oferecer a oportunidade de conhecer mais sobre obras diversificadas, que muitas vezes não fazem parte do repertório de quem escuta, a ação #eulipara-você tentou aproximar colegas em um momento em que o distanciamento físico é fundamental. Iniciativa da Diretoria-Geral (DGer), os áudios enviados pelos colaboradores ficaram disponíveis em uma galeria na Intranet, desde o dia 13 de maio, e tiveram mais de 500 acessos.

[VOLTAR | INÍCIO](#)

[DGER.COM](#)

[AVANÇAR](#)



Ana Paula Roncisvalle, uma das responsáveis pela campanha, conta que a ideia surgiu a partir de um hábito familiar. Ela e as primas costumam trocar trechos de livros que estão lendo: “Começamos por acaso, simplesmente pelo desejo de compartilharmos leituras que nos tocaram e que achamos que deveriam ser expandidas além do nosso próprio universo”.



— *Em razão do teletrabalho, não encontramos com vários colaboradores da Casa há muito tempo. Então, entendemos que esta ação, começada timidamente num grupo da família, poderia aproximar os servidores e trazer para as páginas da Intranet trechos de livros que de alguma forma nos tocaram* — disse Ana Paula

Pelo retorno obtido dos participantes, o objetivo dos idealizadores teve êxito. Uma delas foi a servidora **Amana Veloso**, da Secretaria de Relações Públicas e Comunicação Organizacional, que foi recordista de envio de áudios: “*Fiquei muito empolgada em reler os trechos dos livros que li em busca de citações que pudessem fazer sentido isoladamente. Tenho lido obras que são tão bacanas e têm sido muito inspiradoras para mim*”.

Cristiana Cabreira, do Serviço de Eventos Legislativos e Protocolares, que recitou um trecho do livro Fonte Viva, de Chico Xavier, tem percepção semelhante: *“Sou apaixonada pela mensagem que li e ser convidada a compartilhar isso com os colegas me inundou de amor. Me senti homenageada, amada, querida e incluída”*.



Para quem acompanhou as publicações, como Marília Marra, chefe do Serviço de Controle de Qualidade, a experiência também foi aprovada: *“Foi muito legal ouvir algo diferente para nos distrair neste momento tão difícil. Além de termos acesso a um conteúdo novo, gostei de ouvir vozes de pessoas conhecidas”*.

Para conferir todos os trechos gravados pelos participantes, acesse este [link](#).

VOLTAR | INÍCIO

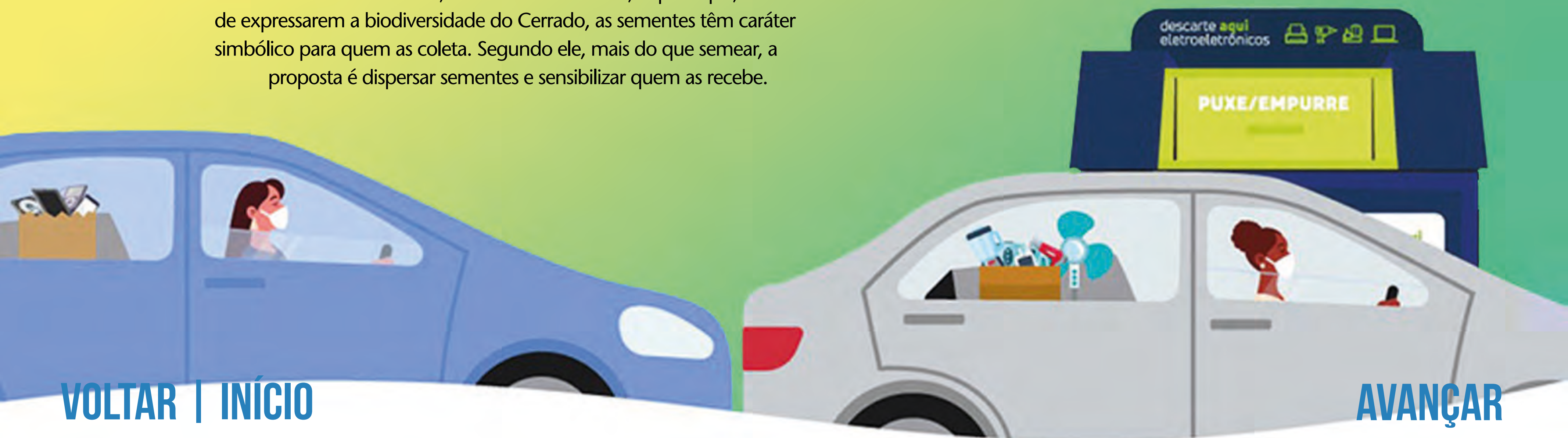
DGER.COM

AVANÇAR

Sustentabilidade em foco – Em junho, para marcar a passagem do Dia Mundial do Meio Ambiente, no dia 5, foram distribuídas 500 sementes de árvores típicas do Cerrado. A ação da Diretoria-Geral contou com a parceria do Núcleo de Ações Socioambientais (NCas). Quem passou, entre os dias 9 e 10 de junho, pelas entradas dos Anexos 1 e 2 e pelo **drive-thru sustentável**, na Gráfica, recebeu embalagens com até duas sementes e instruções sobre o nome científico da espécie e modo de semeadura.

As sementes pertencem a cinco espécies de árvore: copaíba, ipê roxo, barbatimão, tamboril e cajuzinho do cerrado. Algumas delas são consideradas raras. Érico Zorba, do Viveiro do Senado, explica que, além de expressarem a biodiversidade do Cerrado, as sementes têm caráter simbólico para quem as coleta. Segundo ele, mais do que semear, a proposta é dispersar sementes e sensibilizar quem as recebe.

— *Estamos no começo da década da regeneração [também conhecida como década da restauração dos ecossistemas]. É a última década para se minimizar o aquecimento e mudar os hábitos de consumo. A vontade, a intenção, o sonho, é que mais que [apenas receber] as sementes as pessoas se sintam tocadas, incentivadas, a 'Revegetar' o planeta, ou poeticamente, 'devolver o Éden à terra' — disse*



VOLTAR | INÍCIO

AVANÇAR

SELEÇÃO DE NOVOS GESTORES COM BASE EM CRITÉRIOS TÉCNICOS TEM SIDO PROCURADA POR OUTRAS ÁREAS DA CASA

Visando modernizar a gestão administrativa do Senado Federal, novas unidades da Casa vem adotando seleções internas para escolha de gestores. De acordo com o diretor-executivo de Gestão, Márcio Tancredi, o objetivo é privilegiar a impessoalidade e a meritocracia na condução desses processos, agregando elementos que ajudem a traduzir a escolha em eficiência para o Senado Federal.

— *A indicação dos titulares é livre, tecnicamente. Mas, ao decidir se autolimitar, no contexto de uma regra pública e transparente, a administração entende que ampliou seu universo de escolha e qualificou os mecanismos orientadores da tomada de decisão, ao mesmo tempo em que estimulou o interesse do servidor no exercício de funções gerenciais* — pontua Tancredi.

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR

Foi montada uma sistemática que contempla várias etapas, tais como a análise dos currículos dos candidatos; entrevista com comissão nomeada para cada processo; análise de personalidade, feita pelo Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SesoQVT), com uso de ferramenta diagnóstica apropriada; e opção, feita pelo gestor da área de vinculação, entre três candidatos finalistas.

O edital para escolha de um novo diretor para a Secretaria de Editoração e Publicações já é o quinto publicado. Até o momento aderiram ao método de seleção a Secretaria de Gestão de Informação e Documentação (SGIDoc), Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGP), Secretaria de Infraestrutura (Sinfra), Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCas) e Secretaria de Relações Públicas e Comunicação Organizacional (SRPCO).

— *E foi com muita satisfação que vimos o mecanismo ser recentemente adotado na escolha do gestor do Núcleo de Divulgação Digital Interna, unidade responsável pela Intranet e pelos outros canais orientados aos públicos internos do Senado. Sinal de que a cultura do mérito já está mobilizando novas áreas e ganhando adeptos no escalão superior da nossa organização* — concluiu Tancredi.



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Vantagens - Ana Lúcia Novelli, diretora de Relações Públicas, comandou o processo de escolha para o novo gestor do Núcleo de Divulgação Digital Interna. Ela destaca pelo menos duas vantagens no processo.

— *Ao mesmo tempo em que a área demandante é contemplada com um profissional competente, que comprovou afinidade com o conteúdo do trabalho a ser realizado, os servidores do Senado têm a oportunidade de fazer uma projeção de carreira baseada na meritocracia. Em nosso caso, o profissional selecionado demonstrou total condições de realizar um excelente trabalho* — afirmou Novelli.

Candidato vencedor do processo de seleção para o NDDI, Adriano Kakazu descreveu como decidiu participar do desafio. Segundo ele, tudo começou com um anúncio em um grupo de e-mail. Depois ele pesquisou sobre as competências do setor, os desafios da função, além dos requisitos, conhecimentos e habilidades procuradas no novo gestor. O processo teve cinco fases, sendo que a primeira delas iniciada no dia 23 de maio com o envio de uma ficha de inscrição.

VOLTAR | INÍCIO

— *Em minha opinião, o mais importante na sistemática de seleção foram os planos para o Núcleo de Divulgação Digital Interna que já deveriam ser descritos na ficha de inscrição. Eram necessários o conhecimento e o estudo atual do NDDI, bem como pesquisas sobre comunicação interna e comunicação organizacional, além de um planejamento, mesmo que não estruturado, de projetos para mudanças nas ferramentas usadas. O modelo desse processo de seleção foi fundamental para que eu, mesmo sem formação em gestão ou relações públicas, pudesse mostrar como minhas habilidades práticas poderiam contribuir com o setor* — concluiu Adriano Kakazu.

Kakazu planeja, na condição de novo gestor, promover um alinhamento estratégico com os resultados da oficina de Comunicação Interna realizada pela SRPCO e a utilização dos mais modernos frameworks de gestão de processos com a ajuda do Núcleo de Apoio à Inovação (Nainova) e do Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica (Egov). O objetivo é otimizar o compartilhamento de conteúdos da organização, valorizar o corpo funcional e trabalhar pelo engajamento, aumentando, assim, a sensação de pertencimento e inclusão dos colaboradores do Senado.

DGER.COM



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

AVANÇAR

Caminho saudável - Fabrício Ferrão, ex-diretor da Segraf, elogia a seleção dos novos gestores e vê o processo como um caminho saudável. No caso da sua unidade, ele conta que a escolha não foi fácil, já que o nível de qualificação dos concorrentes foi alto.

— *Nós tivemos seis excelentes concorrentes e ficamos em uma ‘saia justa’ para escolher os três finais. Alguns perfis nós entendemos como mais adequados com características que a gente buscava. É um processo bacana no sentido em que as pessoas se expõem e apresentam seus conhecimentos. Também é uma forma de nós, gestores, identificarmos quem topa desafios maiores. É um trabalho que exige muito cuidado e seriedade, e está alinhado com boas práticas de gestão.*

Fabrício Ferrão vê o processo de escolha dos novos gestores como uma “adequação de gestão”, porque a instituição moderniza a seleção agregando novos elementos, além de critérios pessoais do gestor responsável pela escolha.



Já o novo gestor da Segraf, **Rafael Chervenski**, considera positivo incentivar uma competição saudável entre os colegas. “No caso da Segraf, o processo nos levou a discutir, entre nós candidatos, questões de gestão pública, diferentes visões do futuro do órgão e nossos próprios anseios enquanto servidores públicos. Fiquei particularmente feliz ao ver que as etapas do processo seletivo privilegiavam aspectos essenciais ao serviço público contemporâneo, como o respeito com a coisa pública, a gestão colaborativa e por competência e o foco na excelência”.

Rafael elege como meta de sua gestão manter os níveis de satisfação e aprimorar a experiência dos usuários da Segraf - órgãos do Senado e gabinetes parlamentares -, bem como manter a capacidade e qualidade da produção em um provável cenário de restrições. Com melhorias nos processos de trabalho, ele pretende seguir atendendo ao público interno e à população na difusão do conhecimento produzido pelo Senado Federal.

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR



1º Ciclo de palestras virtuais

A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

(LEI Nº 14.133/2021)



JOEL NIEBUHR

tema
"Perspectivas da Nova Lei de Licitações para a Administração Pública"



RODRIGO PIRONTI

tema
"Aplicando a Nova Lei de Licitações sob a perspectiva da gestão de riscos e do compliance público"



TATIANA CAMARÃO

tema
"O regime transitório da Nova Lei de Licitações e a importância de uma transição planejada"



2º Ciclo de palestras virtuais

A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

(LEI Nº 14.133/2021)



CRISTIANA FORTINI

tema
"Planejamento e seus impactos na relação contratual"



RAFAEL SÉRGIO DE OLIVEIRA

tema
"A licitação na Lei nº 14.133/2021: modalidades e procedimentos"



MARÇAL JUSTEN FILHO

tema
"O novo regime contratual na Lei nº 14.133/2021"

PALESTRAS VIRTUAIS **YOUTUBE**
Canal Interlegis Online



VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR

CICLOS DE PALESTRAS DISCUTEM IMPACTOS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES

Organizado pelo Comitê de Acompanhamento responsável pela implementação da nova Lei de Licitações (14.133/2021) no Senado, dois ciclos de palestras reuniram, em maio e julho, especialistas em contratos e licitações públicas para analisar os impactos e desafios oriundos da legislação. O coordenador do Comitê, o assessor técnico da Diretoria-Geral Victor Amorim, iniciou os trabalhos afirmando que um dos principais objetivos dos debates foi viabilizar a capacitação dos servidores da Casa e também do público externo.

— *Queremos contribuir para o melhor entendimento deste novo marco legal sobre as contratações públicas no Brasil, reunindo nomes de referência no cenário nacional* — disse à época.

O novo marco substitui a legislação anterior que vigorava desde 1993. A meta é unificar a norma, trazendo transparência, eficácia e agilidade para as licitações e para execução dos contratos administrativos.



Público aprovou - Servidores do Senado e internautas que acompanharam os encontros realizados em maio e julho fizeram comentários e elogiaram o nível dos debates. Uma deles foi a servidora do Senado Tatiane Marques, que considerou as palestras muito esclarecedoras.

— *As palestras foram bem claras quanto as alterações significativas no funcionamento das contratações públicas. Vimos a unificação da (Lei 8.666/1993), da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (10.520/2002) e da Lei de Pregão Eletrônico (12.462/2011) em um único diploma legal. Trazendo novos objetivos além dos já existentes, como a justa competição e evitar as contratações sobre preços. Também ficou bem claro os pontos em que se falou de regras em caso de punição sobre a quebra de contrato* — afirmou.

Já a também servidora Heloisa Lopes Miranda enalteceu a iniciativa do Senado: *“O 2º Ciclo de Palestras contou com profissionais renomados e a iniciativa do Senado Federal é muito importante para que os servidores possam se familiarizar com as alterações promovidas pela nova lei. Além de impactar diretamente a área de contratações da Casa, a legislação impactará as áreas técnicas, já que a lei trouxe várias disposições sobre a etapa de planejamento da contratação, gerenciamento de risco, dentre outras”*.



O 1º Ciclo - O consultor legislativo do Núcleo de Direito (NDIR) Luciano Henrique da Silva Oliveira é autor de um dos artigos do livro Nova Lei de Licitações: Apontamentos Práticos. O texto trata dos modos de disputa das contratações e as mudanças entre o novo e o antigo texto legal.

Conforme explicou Luciano Henrique, durante o primeiro ciclo de debates, os modos de disputa são os procedimentos apresentados ainda na fase inicial do certame para definir a oferta mais vantajosa à instituição: *“Pode ser uma disputa aberta, quando os interessados fazem lances livremente até se chegar ao menor valor, ou uma disputa fechada, quando as propostas são apresentadas uma única vez e em sigilo”*.

Joel Niebuhr, ex-presidente do Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina (Idasc), participou, em maio, da primeira fase de palestras. Na ocasião, ele fez uma análise geral das mudanças na legislação e esclareceu que as administrações públicas não devem ter receio de aplicar a nova lei: *“Esta lei não rompe com a antiga, ela representa uma continuidade”*.



Foto: Reprodução YouTube Canal Interlegis Online

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR



Foto: Reprodução YouTube Canal Interlegis Online

O diretor-executivo e financeiro do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA), Rodrigo Pironti, destacou que algumas ações policiais já revelaram como as licitações, por vezes, são portas de entrada para tentativas de fraude. Segundo ele, algumas delas até cumprem todas as exigências técnicas previstas pela lei antiga e só chegam a ter seus contextos maliciosos revelados por meio de delações premiadas. Na visão do especialista, a legislação nova resolve esse tipo de problema, mas precisa ser bem interpretada para ter maior eficácia.

— *As normas foram trazidas para a lei sem metodologia definida. Parece que só será obrigatório compliance em contratações de grande vulto, acima de R\$ 200 milhões. Mas como assim parece? Está descrito no artigo 6º, mas, na minha opinião, o artigo 11º traz um contexto diferente. É um absurdo qualquer contratação de terceirização de serviço não ter uma matriz mínima de risco e uma exigência mínima de compliance das contratadas. Portanto, é preciso responsividade para ler e interpretar o texto, não simplesmente aceitá-lo* — afirmou.

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR



A assessora especial da presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Tatiana Camarão, defendeu a necessidade de se fazer uma capacitação em larga escala nas organizações para uma transição adequada.



Foto: Reprodução YouTube Canal Interlegis Online

— *Sem qualificação, não há mudança de cultura que se materialize nas organizações. O vício é como uma flecha, entra fácil e é difícil de ser retirado. Precisamos nivelar o conhecimento para que todas as áreas tenham conhecimento sobre contratações. É preciso estabelecer um modelo de competência* — afirmou.

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR



Mais debates em julho — Na segunda edição, outro tema abordado foi o “Planejamento e seus Impactos na Relação Contratual”, com **Cristiana Fortini**. Cristiana é doutora em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais e certificada em Compliance Anticorrupção pela Fundação Getúlio Vargas. Ela destacou a importância da fase preparatória no sentido de criar “bons contratos”. Segundo ela, o objetivo é detectar digitais da fase preparatória nas instituições, que precedem a celebração dos contratos, e que repercutem favorável ou desfavoravelmente.



Foto: Reprodução YouTube Canal Interlegis Online

— *Tudo nasce e germina neste momento. Este processo de gestação da Administração Pública é o que vai garantir efetivamente o atendimento da conveniência da demanda pública. Existem riscos de desvios comportamentais já na fase interna do processo* — afirmou.

Isto explica, segunda ela, porque tantos organismos internacionais se preocupam em estudar a fase preparatória. É neste momento que pode se encontrar a “semente da corrupção” e a falta de eficiência dos contratos: *“Ali podemos encontrar rastros de práticas ilícitas e de desatendimento ao interesse público”*.

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR



Foto: Reprodução YouTube Canal Interlegis Online

Já **Rafael Sérgio de Oliveira** abordou o tema “A Licitação na Lei 14.133/2021: modalidades e procedimentos”. Rafael é procurador federal da Advocacia-Geral da União. Ele elogiou o Senado pela iniciativa e conclamou todos a uma revisão das premissas sobre contratações. Sobre a nova lei, ele fez alguns destaques e disse que considera relevante o fato de a norma trazer, no artigo 11, o entendimento de que a licitação não é uma área meio e, sim, uma área fim. Esta mudança, segundo ele, eleva a transparência do processo porque reconhece novos atores envolvidos.

— *Nós criamos um sistema, um ciclo. A alta direção está envolvida. O gestor na área fim tem que saber quais as ferramentas para a implementação, integrando o setor de contratações que antes estava isolado. Qualquer atividade pública passa por contratação. Todas as funções típicas do estado* — avaliou Rafael.

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR



Foto: Reprodução YouTube Canal Interlegis Online

Encerramento - O ciclo foi encerrado com tema “O novo regime contratual na Lei 14.133/2021”, palestra ministrada por Marçal Justen Filho, doutor em Direito do Estado pela PUC-SP. Justen é uma das maiores autoridades em direito administrativo e autor de obras de referência tanto sobre a antiga como sobre a nova Lei de Licitações. Esta palestra teve participação especial de Roberci Ribeiro, advogado-geral adjunto do Senado Federal.

Roberci destacou que o evento em si demonstra “*a preocupação e a responsabilidade da alta administração do Senado Federal em propiciar aos gestores e servidores o conhecimento e o treinamento necessários para garantir uma transição seguras entre os regimes da Lei 8.666/1993 e a Lei 14.133/2021*”.

Finalizando os encontros, **Marçal Justen** afirmou que seria uma “ilusão” imaginar que exista um modelo perfeito de licitação: “*Estamos sempre construindo um modelo licitatório a partir da nossa vivência e da nossa experiência*”

De acordo com Marçal, a administração pública tem por “*vocação promover este fim. A licitação é um meio para alcançar um contrato administrativo satisfatório.*”

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR



Foto: Vinícius Marques/Gabinete do senador Plínio Valério

OUVIDORIA DO SENADO FECHA ACORDO PIONEIRO DE COOPERAÇÃO COM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO AMAZONAS

A Ouvidoria do Senado Federal é um dos principais canais de comunicação do Parlamento com a sociedade civil. Ao mesmo tempo em que dá voz ao cidadão, o órgão começa a disseminar expertise e experiência com casas legislativas estaduais. A parceria, firmada em julho, com a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (Aleam) é inédita para o Senado.

Segundo informações da assessoria de comunicação do senador Plínio Valério, que é o ouvidor da Casa, o acordo prevê a estruturação e o funcionamento de uma rede de relacionamento entre os dois órgãos. A ideia é intensificar um intercâmbio de informações, a cooperação técnica, a formação de uma parceria estratégica e a definição de diretrizes comuns, além de viabilizar o apoio a ações de atendimento aos cidadãos no âmbito das Ouvidorias.

Já no final de julho, servidores da Ouvidoria da Aleam participaram de um curso on-line de reciclagem oferecido pelo Senado aos colaboradores para aperfeiçoar o atendimento ao cidadão. Uma primeira ação fruto dessa parceria.



Além de capacitação técnica e do fortalecimento de uma rede de intercâmbio, essa conexão também é importante para melhorar o atendimento ao cidadão e ampliar a participação popular nos legislativos federal e estadual. Caso um cidadão, por exemplo, sugira na Assembleia Legislativa uma proposta ou ação de competência do Senado, esse encaminhamento será feito para a Ouvidoria da Casa e vice-versa.

— *Fico feliz de celebrar o primeiro acordo de cooperação da Ouvidoria do Senado com a ouvidoria da Assembleia do Amazonas. O cidadão que acompanha a atuação parlamentar e participa com ideias e reclamações, tem muito a ganhar com esse intercâmbio de experiências entre a Ouvidoria nacional e a estadual. Vamos buscar ampliar essa rede de informações com outros estados* — observou o ouvidor do Senado, senador **Plínio Valério**.



Comunicação com o cidadão - A coordenadora da Ouvidoria do Senado, **Margarett Cabral**, destaca que o órgão é a ponte de comunicação entre a Casa e a população.

— *O cidadão pode enviar sugestões, reclamações, denúncias, críticas, elogios e pedidos de informações. Como o próprio nome já diz, nós estamos aqui para ouvir o cidadão, encurtar distâncias e ampliar a participação da sociedade nas decisões do Senado. Pela Ouvidoria, o cidadão tem voz e nós estamos aqui para ouvi-lo, atendê-lo, encaminhar suas demandas e dar transparência ao trabalho do Senado* — ressalta Margarett.

Se o cidadão quiser encaminhar uma mensagem para um gabinete ou comissão do Senado, opinar em uma audiência pública, pedir informações sobre o andamento de um projeto de lei, alguma votação em específico, tirar dúvidas, reclamar ou denunciar, a Ouvidoria cumpre este papel.

NOVO SITE DA OUVIDORIA NO AR



Novo portal - A Ouvidoria do Senado está com um novo site no ar. Opiniões e sugestões da população são captadas por este canal e repassadas aos gabinetes. Com isso, um relatório mensal está sendo enviado aos senadores com as informações e dados dos atendimentos e demandas dos cidadãos por estado.

— *É uma forma de os senadores terem um termômetro do que os cidadãos dos seus estados estão pensando, sugerindo e opinando para que eles possam trabalhar políticas públicas em seus mandatos* — afirma a coordenadora.

Um dos focos da gestão atual é estreitar relações, trocar experiências e fechar parcerias com órgãos irmãos. Tudo isso com o intuito de melhorar a relação do cidadão com seus representantes em nível estadual e federal.

Já Ana Mafra, chefe do Serviço de Relacionamento, aponta que a Ouvidoria, além de ampliar a participação social, incentiva a transparência do setor público, tornando o Legislativo mais permeável: *“A Ouvidoria é a ferramenta que aproxima as instituições do povo e possibilita a prática do exercício ativo da cidadania, fortalecendo o enfrentamento da corrupção”*, conclui Ana.



DIFERENTES FACETAS DA GESTÃO MARCAM DEBATES PROMOVIDOS PELA DGER DESDE MAIO

No último trimestre, a Diretoria-Geral (DGer) promoveu e participou de uma série de debates virtuais sobre uma gama de assuntos, como racismo estrutural no cotidiano, liderança feminina, equidade nas organizações e mindfulness, prática que vem sendo adotada por muitas empresas para melhorar a qualidade de vida dos colaboradores. Apesar do caráter diverso, as temáticas tiveram algumas características em comum: o alto nível dos interlocutores e a boa adesão de participantes.

Um dos eventos on-line foi a conversa com a empresária Luiza Helena Trajano, no dia 21 de maio, transmitida pelo canal do Youtube da TV Senado. A convidada, além de ser presidente do Conselho de Administração do Magazine Luiza, comanda o Grupo Mulheres do Brasil, organização que reúne mais de 90 mil associadas atuantes em prol da igualdade de gênero dentro e fora do país.

VOLTAR | INÍCIO

AVANÇAR

Questionada sobre os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) e da deputada Tábata Amaral (PDT-SP), que reservam vagas para mulheres nos conselhos administrativos de empresas públicas e privadas, Luiza Trajano deu sua opinião:

— *As empresas estão buscando. Chegou o nosso momento. A pandemia escancarou que a diversidade é a única forma de você ter inovação, é a única forma de você ter a voz de todo mundo. Recentemente, conversei com o pessoal do BNP Paribas, um banco que nunca entrou em crise. Eles estão colocando mulheres no board [no conselho] mais alto da empresa* — disse.



Na ocasião, a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, mediadora do encontro, afirmou enxergar Luiza Helena Trajano como uma liderança feminina inconformada e transformadora: “*Se eu pudesse definir a Luiza seria com palavras como simplicidade e empreendedorismo, mas principalmente com inconformismo. É com isso que ela se tornou uma das principais líderes deste país, e estamos com ela pela construção de um país melhor*”.

VOLTAR | INÍCIO

AVANÇAR

Além de Ilana, também participaram da conversa, na condição de entrevistadores, a diretora da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Érica Ceolin, a coordenadora-geral da TV Senado, Glauciene Diniz, o coordenador do Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça do Senado Federal e consultor legislativo, Henrique Salles Pinto, e a integrante do Comitê Pró-equidade de Gênero e Raça e consultora legislativa Roberta Viegas e Silva.

O evento pode ser assistido clicando aqui.



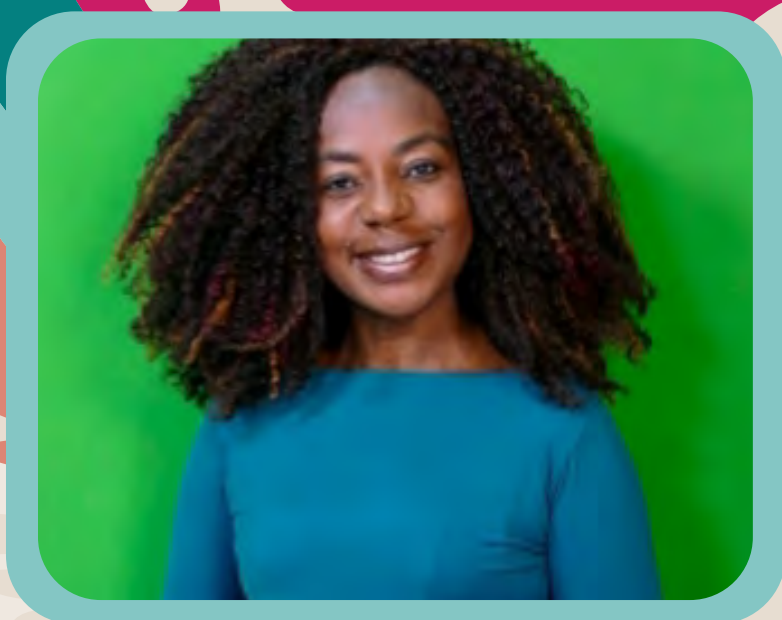
Racismo estrutural — Ainda em maio, Ilana debateu o racismo estrutural no cotidiano com Eduardo Santos, gerente nacional da EF Education First, empresa suíça especializada em intercâmbio cultural e programas de preparação para universidades de língua inglesa. Na conversa, mantida no Instagram, eles falaram sobre o preconceito e discutiram formas de conscientização.

Eduardo, que é um dos poucos CEOs negros do Brasil, se definiu como “um apaixonado pelo tema” por ter certeza de que sua vida foi transformada pelos estudos. Na infância, cursou escolas particulares e públicas e percebeu, pela primeira vez, o contraste de realidades.

— *Minha mãe e meu pai tiveram condições de pagar escola particular até a 7ª série. Lembro de sermos 23 alunos e apenas três de pele preta. Depois de uma crise financeira da minha família, fui para a escola municipal e vi o oposto. Éramos 34 e só oito eram de pele branca. Naquela época eu não reparava as agressões racistas que estavam ao meu redor* — relatou o executivo.

VOLTAR | INÍCIO

AVANÇAR



A servidora Valneide Nascimento dos Santos, da Procuradoria da Mulher do Senado Federal, foi uma das espectadoras da conversa virtual. Segundo ela, foi uma ótima oportunidade para que todos tivessem acesso a um panorama claro e objetivo dos dias atuais no que diz respeito ao racismo.

— *Um dos pontos que mais me chamaram atenção foi a realidade que se repete em toda organização: o racismo estrutural. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano do trabalho, que são resultantes do preconceito racial, uma atitude que combina estereótipos racistas, falta de atenção e ignorância. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem* — destacou.



Plenitude de consciência - “A capacidade de estar mais presente é uma habilidade que pode ser treinada”. Com estas palavras, o psiquiatra Marcelo Trombka, convidado para uma live com a diretora-geral, em junho, explicou a prática da meditação mindfulness. Doutor em Psiquiatria e Ciências do Comportamento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e pela Universidade de Harvard (EUA), Marcelo conheceu a meditação durante uma viagem à Ásia na época da faculdade. De volta ao Brasil, ele notou, no último ano do curso de Medicina, “*a sensação de não estar fazendo tudo pelos pacientes*”.

VOLTAR | INÍCIO

AVANÇAR

Dedicando-se ao mindfulness, o médico sentiu benefícios como a melhora do sono e a diminuição da ansiedade. Ele ponderou ainda que o método não é somente uma meditação. Pela repetição das práticas meditativas pode-se atingir um estado ou mesmo um traço psicológico, quando a pessoa vive constantemente “presente” nas atividades do cotidiano, seja na vida pessoal ou profissional. Sendo assim, ele explica que sensações como sentir o gosto do café da manhã, o calor de uma coberta ou a sensação dos pés na areia da praia, são fundamentais para trazer presença e prazer às nossas vidas. No contexto corporativo, Marcelo Trombka explicou que episódios de “burnout” – quando trabalhadores sofrem esgotamento extremo por excesso de atividade – levaram a indústria a verificar uma queda de produtividade. Nos anos 1980, setores mais modernos como empresas de tecnologia e fabricantes de automóveis, concluíram que colaboradores emocionalmente mais regulados e saudáveis eram mais produtivos. Inserindo a prática de meditação no ambiente corporativo estabeleceu-se uma relação ganha/ganha.

Segundo Marcelo Trombka, pesquisa publicada na revista “Science”, indicou que durante 47% do tempo as pessoas estão tomadas por pensamentos ligados ao passado ou ao futuro. De acordo com o psiquiatra, a capacidade de estar “presente” em atitudes simples do cotidiano pode trazer benefícios no combate à ansiedade e a depressão. Desta forma, ele aponta que grande parte das pessoas estão vivendo um excesso de passado (associada a estados de depressão) ou excesso de futuro (associado a estados de ansiedade).

— *Quando fazemos coisas sempre pensando no momento à frente, estamos no piloto automático. Não é saudável viver sempre no futuro e monitorando possíveis ameaças* — disse.

Internautas que acompanharam a live avaliaram positivamente o conteúdo debatido. O servidor Henrique Porath, do Núcleo de Apoio à Inovação (Nainova), por exemplo, destacou o caráter laico da técnica: *“Me chamou atenção o relativo distanciamento que a abordagem científica, promovida pelo mindfulness, produz em relação a práticas meditativas mais espiritualizadas. Fica mais claro que a meditação não necessariamente precisa ter conotação religiosa, sendo mais uma prática de reencontro consigo mesmo e com seus conflitos internos. Ficaram bastante evidentes, para mim ao menos, as vantagens tanto para a esfera pessoal quanto para o ambiente organizacional que a valorização e oportunização de práticas como esta são capazes de produzir”*.



Já Marina Vahle, psicóloga de formação e servidora do Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SesoQVT), acredita em uma visão inovadora da meditação a partir do que viu na live: *“Achei interessante que o Marcelo trouxe uma visão corajosa sobre o mindfulness: essa prática não visa a resignação frente aos nossos problemas e desafios, mas ajuda a termos mais clareza e permite lidar com eles tal como eles se apresentam. Isso ajuda a evitar a ‘catastrofização’ que tendemos a fazer sobre as coisas”*.

No clima do aniversário de Brasília, live relembra histórias do Senado e da capital federal

Em abril, a evolução e transformação do Senado desde a transferência para Brasília foram tema de um bate-papo com Maria Elisa Stracquadano, vice-presidente da Associação de Servidores Inativos e Pensionistas do Senado Federal (Assisefe). Na live, a convidada compartilhou detalhes de sua história e de sua ligação com a Casa.



Maria Elisa contou que em 1970, depois de um concurso público, foi chamada pelo Itamaraty. Mesmo sobrecarregada por também cursar duas faculdades, aceitou um convite para trabalhar com rádio, prestando serviço para o Senado até finalmente ser incorporada.

— *O Senado, para mim, foi uma grande escola. Como trabalhava com redação, fui para a Subsecretaria de Edições Técnicas e fiquei na função de redatora-pesquisadora. Fiz um artigo sobre todas as constituições até a anterior a 1988. Fazíamos também muitos quadros comparativos dos projetos de grande importância, para distribuir aos senadores* — recordou Maria Elisa.

Valendo-se de sua experiência, a vice-presidente da Assisefe comparou os processos de antigamente com os atuais. Lembrou que, quando ainda não havia a TV Senado, as sessões plenárias eram todas taquigrafadas e disponibilizadas para a conferência dos parlamentares. Armazenadas em enormes rolos de áudio, elas também eram parcialmente transcritas para divulgação na Voz do Brasil. Houve também mudanças de costumes, como o fim da proibição (nos anos 1990) do uso de calças compridas pelas mulheres nas dependências da Casa.

Durante a conversa, Maria Elisa lembrou que decisões tomadas no Congresso ajudaram a popularizar Brasília e torná-la mais movimentada. Segundo ela, em 1979, com a publicação da Lei da Anistia, houve um aumento no fluxo de pessoas, mas foi com a elaboração da Constituição de 1988 que se tornou uma cidade agitada de fato:

— Com a Constituinte, houve uma espécie de reabertura e foi meio que um modo de escancarar as portas da cidade. Veio gente do mundo inteiro, vários por curiosidade. Trabalhávamos a noite inteira e foi um momento de muita correria. O Senado se modificou com a Constituição Cidadã e foi uma transição total. Ele ficou ainda mais visível.

Além dos eventos listados acima, a diretora-geral também participou, no último trimestre, de uma série de ações como convidada, a exemplo do webinar sobre assédio moral e sexual no trabalho, organizado pelo Ministério de Minas e Energia, da ação “Liderança inovadora – Mulheres que transformam o setor público”, promovido pela Prefeitura de Maceió, e do Fórum Brasileiro de Investimentos e Negócios de Impacto, organizado pelo Instituto de Cidadania Empresarial.

CORONAVÍRUS

INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR

DIA DOS PAIS: SERVIDORES DA CASA COMPARTILHAM IMPRESSÕES SOBRE PATERNIDADE

Daniel, Marcus, Celso e Pérsio têm algo em comum, além de serem servidores da Casa. Os quatro são pais que exercem a paternidade de forma responsável e participativa. Homens que entenderam que o papel de pai vai além da figura de “provedor”, “porto-seguro” ou “super-herói”. Conscientes de suas missões, colocam a “mão na massa”: buscam na escola, guiam nas atividades escolares, conectam-se de maneira profunda com seus filhos e tentam estabelecer um vínculo cada vez mais forte. Por isso, no clima do Dia dos Pais, que foi celebrado no último domingo (8), eles compartilham suas vivências e desafios da complexa tarefa de criar filhos.



Para Daniel Pandino, pai de Clara, de seis anos, e de Arthur, de oito, o último ano tem sido marcado por experiências inéditas e instigantes. Uma delas foi a tarefa de “alfabetizar” a filha mais nova em um contexto pandêmico, por meio do ensino remoto. Segundo ele, apesar das dificuldades, com atenção e entrega, tudo deu certo.

— *Hoje estamos em uma situação mais tranquila, mas ainda traz os desafios de conciliar nosso tempo de trabalho com o da escola deles. Estamos, eu e minha mulher, trabalhando remotamente. No ensino a distância, eles sentem muita falta da interação com os colegas. E há dúvidas das atividades escolares que, muitas vezes, eles recorrem a nós no meio de uma reunião, por exemplo. Então, precisamos ter essa compreensão por parte das pessoas que trabalham com a gente.*

Ainda em distanciamento social em respeito às medidas de contenção da covid-19, Daniel relata que a mudança da família de apartamento para uma casa, ocorrida pouco antes da pandemia, foi aliada na adaptação dos pequenos, que agora contam com amplo espaço e piscina: “*Isso ajudou bastante*”. Outro ponto positivo foi o estabelecimento de uma rotina mais controlada, explica o servidor.

— *Antes da pandemia, a gente se organizava em função do horário da escola deles e a rotina em casa era mais livre. Uma coisa que a gente percebeu logo no começo era que a gente precisava melhorar nisso para colocar as crianças numa rotina mais controlada. Hoje temos uma rotina bem mais rígida, mas a forma de levar é leve. Além disso, com o convívio mais intenso, temos tido a oportunidade de observar mais a questão psicológica das crianças* — disse.



VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR

Desafios diferentes – Pérsio Barroso, chefe do Serviço de Informação de Dados Pessoais, é pai de Gabriel, 25 anos, e de Francisco, de oito. Ele é responsável integralmente, na maior parte do tempo, pela administração da rotina dos filhos. No caso de Gabriel, que tem autismo, o suporte dos cuidadores tem sido essencial, já que as atividades da APAE-DF e do Centro de Ensino Especial, que o jovem frequentava, foram suspensas por conta da crise sanitária. Pérsio explica que o filho tem o que chamam de transtorno global do desenvolvimento, que é um quadro dentro do espectro autista. Por conta da condição, o rapaz está suscetível a ter surtos psicóticos e alucinações, situação que ficou mais intensa com a mudança da rotina e a convivência excessiva em casa.

— *Então, mesmo com algumas atividades on-line, ele passou a ter bem menos tarefas e isso gerou uma certa sobrecarga para mim e para os cuidadores. Mas, com o tempo, fomos nos adaptando* — salientou.

VOLTAR | INÍCIO



DGER.COM

Com o caçula, os cuidados e a atenção também precisaram ser redobrados, já que a criança frequentava a escola em tempo integral, enquanto Pérsio trabalhava. Porém, assim como ocorreu com boa parte das famílias, a dinâmica teve de ser reformulada. Pérsio precisou conciliar o expediente no trabalho com o acompanhamento das aulas do filho. E, apesar dos contratempos, ele conta que a experiência tem permitido um aprofundamento de sua vivência como pai.

— *Para mim, o maior ensinamento desta fase é a necessidade de ter uma relação mais próxima com os filhos, mais íntima, de ter mais qualidade de presença no tempo possível de estar junto. Temos que fazer o possível, porque somos humanos e não temos a pretensão de sermos heróis.*

AVANÇAR

Saudade e ajuda nas aulas remotas – Celso Cavalcanti, da Rádio Senado, teve de lidar com situações diferentes com cada um dos filhos. Ele é pai dos jovens Filipe, de 30, e Luan, de 21, e da adolescente, Marina, de 13. Para ele, o sentimento ao observar a relação com os filhos é de gratidão, especialmente em um momento tão difícil para a humanidade.

— *As medidas de isolamento social trouxeram a oportunidade e o desafio de um convívio mais próximo dentro de casa. Nesse sentido, diálogo, compreensão e apoio mútuo foram fundamentais para mantermos a harmonia e cultivarmos a esperança de que, juntos, venceríamos as dificuldades da pandemia. É gratificante constatar que, passado quase um ano e meio, temos conseguido manter na nossa família uma rotina sadia, compartilhando momentos alegres e superando as ansiedades comuns ao atual período* — comentou.

Com Marina, a principal demanda foi acompanhar de perto os estudos da adolescente. Para driblar a falta da sala de aula e dos colegas, a solução que encontraram foi a de estudarem juntos para as provas, estruturando uma rotina de estudos e discutindo em conjunto os trabalhos e tarefas escolares. Assim, Celso precisou se esforçar para relembrar de conteúdos e matérias que estudou no passado, como Geografia, História e Ciências.



Já com o filho mais velho, que é casado, lidar com a saudade exigiu esforço: *“Tivemos de conviver remotamente, conversar e nos ver por meio de videochamadas e aplicativos eletrônicos. O mesmo aconteceu comigo em relação aos meus pais e meus irmãos. Em ambos os casos, passamos bastante tempo sem nos encontrar fisicamente, o que foi bem estranho, principalmente no começo. Mas, aos poucos, fomos nos acostumando e, gradativamente, sempre com os devidos cuidados sanitários, tivemos oportunidades de estarmos juntos em algumas ocasiões. O mais importante foi a compreensão do momento que estamos vivendo no planeta como um todo”*.

Na avaliação de Celso, as experiências vivenciadas trouxeram a certeza de que o mais importante, como família, é a certeza de *“nos mantermos unidos e nos apoiarmos sempre uns aos outros, estarmos juntos e conectados mesmo nos momentos em que, fisicamente, isso não seja possível”*.

Respeito à individualidade – O aumento da convivência física também foi uma realidade para o consultor legislativo Marcus Peixoto, e os filhos Caio, 19 e Bruna, 16. Atuando em home office e com as instituições de ensino funcionando a distância, pai e filhos tentam, ao máximo, respeitar os espaços e o tempo de cada um.

— *Essa geração está muito conectada via redes sociais e de jogos on-line. Ter um pacote de serviços de TV por assinatura ajuda a ter mais distrações para todos, já que estamos impedidos de socializar com os amigos. Mas, há sete meses, todo sábado nos reunimos à noite para ver ou rever filmes e trilogias famosas todos juntos, com pipoca e tudo, como se fosse cinema. Tem sido muito legal* — contou.

Mesmo com a pouca diferença de idade dos dois, Marcus salienta que há distinção na tolerância ao isolamento, especialmente por conta das personalidades de cada um. Contudo, de maneira geral, não foi fácil para os jovens lidar com a impossibilidade de encontrar os amigos de escola ou fazer novas amizades na faculdade.

— *O mais velho estava acostumado a sair toda semana, pegando Uber. Com o isolamento, isso acabou. Tentamos sempre mostrar a eles que o mundo inteiro está enfrentando essa necessidade de isolamento, e que somos privilegiados por podermos fazer isso com conforto. Não podemos reclamar, pois ninguém na nossa família pegou ou faleceu de covid-19. Eles compreenderam muito bem* — declarou.

De acordo com o pai, “*alguns poucos, rápidos e muito esporádicos encontros presenciais com amigos, com toda a segurança e uso de máscara ajudam a matar as saudades que os encontros on-line não suprem. Temos muitos pets, e eles ajudam todos a se distrair também*”. Para Marcus, será muito importante manter essa convivência familiar quando a pandemia acabar, ou quando for possível voltar a uma normalidade.

— *Mas também é importante sabermos respeitar os espaços e a individualidade de cada um, e aprendermos a lidar com as adversidades com resignação, mas também com confiança e determinação* — concluiu.



VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR

Paternidade ativa ainda não é realidade para todos os filhos

Apesar de inspiradoras, as experiências retratadas acima não são regra. Os números comprovam isso: no ano passado, 6,31% das crianças registradas no país não tiveram o nome do pai na certidão de nascimento. O levantamento foi divulgado pela Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen Brasil) em agosto de 2020. Segundo a entidade, até a metade de 2020, foram registradas 1.280.514 crianças no Brasil. Mais de 80 mil delas, no entanto, conta apenas com o nome da mãe no registro.

Ainda de acordo com a Arpen Brasil, em 2019, essa taxa também ficou em torno de 6%. Em 2018, chegou a 5,74%. Com isso, é possível afirmar que, no Brasil, cerca de 6% das crianças que nascem anualmente não são registradas pelo pai. Ao todo, há mais de 5,5 milhões de adultos que nunca tiveram o reconhecimento legal do progenitor.

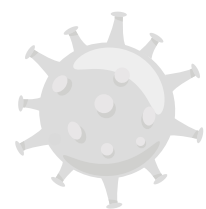
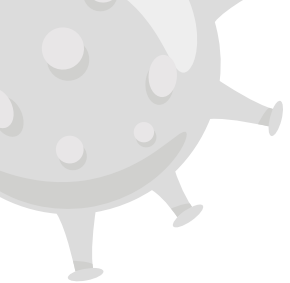
E para obter o reconhecimento de paternidade tardio?- O reconhecimento pode ser solicitado pela mãe da criança, pelo próprio filho, se for maior de 18 anos, ou ainda pelo pai que deseja confirmar sua paternidade. Para isso, basta ir a qualquer cartório de registro civil do país e apontar o suposto pai. É preciso ter em mãos a certidão de nascimento do filho a ser reconhecido e preencher um formulário padronizado.



USUÁRIOS PODEM TIRAR DÚVIDAS SOBRE SERVIÇOS DA COAPES PELO WHATSAPP

Além de funcionalidades integradoras no teletrabalho, como chats e reuniões de vídeo, novos canais de comunicação interna também foram incorporados à rotina do Senado durante a pandemia. Um deles é o serviço de atendimento aos usuários pelo WhatsApp, uma iniciativa da Coordenação de Administração de Pessoal (Coapes). Caso o colaborador procure qualquer serviço de gestão de pessoas da área da Coapes dentro da Intranet, encontrará um ícone do WhatsApp com o número (61) 99408-8320 e o link para iniciar uma conversa.

O diálogo tem início quando o usuário faz o contato por meio de um celular ou é redirecionado para o WhatsApp Web, nos acessos por tablets ou computadores. O atendimento é sempre realizado por colaboradores do setor, já que o canal não faz uso de “chatbot” - quando robôs dialogam com os clientes nas interações virtuais. Para o futuro, um dos objetivos da unidade é promover uma transição na dinâmica de atendimentos, buscando diminuir os contatos telefônicos e aumentar o número dos realizados pelo aplicativo.



Durante três meses, uma equipe multidisciplinar atuou na elaboração deste projeto, que possui características próprias de um canal institucional. De acordo com o coordenador Matheus Medeiros, os seis serviços ligados a Coapes terão um WhatsApp próprio para atendimento às demandas dos colaboradores, funcionando em “rede”.

— *O conceito de rede irá funcionar, por exemplo, quando um deles tiver necessidade de redirecionar uma demanda pela qual não é responsável. A meta é padronizar os canais de WhatsApp para que haja fluidez na comunicação entre os serviços* — explica.

Segundo Matheus, a escolha do WhatsApp como canal de comunicação oficial da Coapes deve-se, em parte, a experiências positivas anteriores da Casa, como o chamado “Coronazap”, que teve excelente adesão e ótima resposta dos usuários.

— *Se olharmos as pesquisas de satisfação, a área de saúde é uma das que subiu exponencialmente em avaliação positiva ao longo dos últimos dois anos. O canal foi feito de uma forma estruturada* — disse.

Vale lembrar que a iniciativa está alinhada aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados. Além disso, a preocupação com a satisfação dos colaboradores é uma das principais premissas. Ao fim de cada atendimento, é feita uma pesquisa e os índices obtidos serão usados para aperfeiçoar o sistema.

Experiência aprovada — Entre os colegas que já utilizaram os canais disponibilizados pela Coapes está a servidora Leila Carvalho, lotada no Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Para ela, a assistência dada sempre ocorreu de maneira objetiva, imediata e eficiente.

— *Todas as vezes, as resoluções foram plenamente satisfatórias e, além disso, o atendente é gentil, conhece o assunto e tem paciência para responder a todas as dúvidas. É um modelo de serviço que valeria a pena ser expandido para as demais áreas do Senado* — ressaltou Leila.



Apresentação do projeto ocorreu em maio

Em apresentação virtual transmitida no final de maio, o coordenador da Coapes, Matheus Medeiros, detalhou o protótipo do novo serviço para o corpo funcional da Casa e procurou situar a iniciativa dentro do contexto vivido pelo Senado Federal desde 2020. Utilizando a ideia de que a “pandemia nos mantém longe sim, incomunicáveis não”, ele lembrou que já eram cerca de 500 dias de trabalho remoto.

— *Nossas casas se transformaram em um pedacinho do Senado. Ficamos com aquela dúvida se a gente trabalha em casa ou se mora no trabalho. Esse é o cenário que a gente se encontra hoje* — afirmou Matheus.

Ele ressaltou que a modificação das rotinas veio acompanhada do uso de ferramentas tecnológicas que facilitam a comunicação, otimizam o tempo e criam um novo ambiente virtual. Durante a apresentação, Matheus relembrou de algumas delas que fizeram parte desta breve história, que ainda está em curso.

— *Primeiramente o Zoom, utilizado no Sistema de Deliberação Remota que permitiu a continuidade dos trabalhos em Plenário* — comentou.

Outra característica ressaltada pelo coordenador é o trabalho em “nuvem”, que multiplica o compartilhamento de informações, aumentando a capacidade de armazenamento e fazendo uso de ferramentas mais robustas, inclusive na parte gráfica.





imagem:Freepik

Veja alguns exemplos de serviços que podem ser demandados pelos canais do Coapes:

- Servidores com dúvidas sobre designação de função comissionada podem procurar o WhatsApp do SERCOPE (9 9816-7546)
- Estagiários com dúvidas sobre o recesso (equivalente às férias dos servidores), podem procurar o WhatsApp do SGEST (3303-5823).
- Servidores com dúvidas sobre ponto eletrônico ou hora-extra podem procurar o WhatsApp do SEFREQ (9 9972-5693).
- Licença-Capacitação pode ser um assunto resolvido no WhatsApp do SEDDEV (9 9977-0766).
- E dúvidas sobre o sistema de Gestão de Cargos Comissionados podem ser esclarecidas pelo WhatsApp do SEPCOM (9 9844-2624).

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

REQUIDADE

INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR

BIBLIOGRAFIA TEMÁTICA E ILUMINAÇÃO ESPECIAL SIMBOLIZAM LUTA EM PROL DO MOVIMENTO LGBTQIA+

Em todo o mundo, junho é marcado por uma série de manifestações em favor dos direitos da comunidade LGBTQIA+. O mês foi escolhido por ter sido o período em que ocorreu uma série de manifestações a favor dos direitos deste grupo em Nova Iorque, no ano de 1969. Os protestos foram organizados após a invasão de um bar voltado a este público por policiais numa época em que era proibido ser gay.

No Senado, a data também não passou em branco. Pelo segundo ano consecutivo, houve iluminação especial na cúpula do Congresso Nacional em celebração ao Dia do Orgulho LGBTQIA+, no dia 28 de junho. A projeção lembrou a bandeira do movimento, com múltiplas cores representando a diversidade em forma de arco-íris.

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

Foto: Leopoldo Silva/Agência Senado



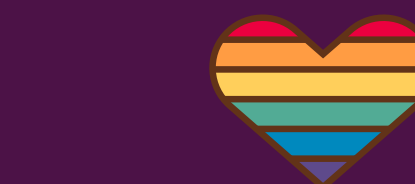
AVANÇAR

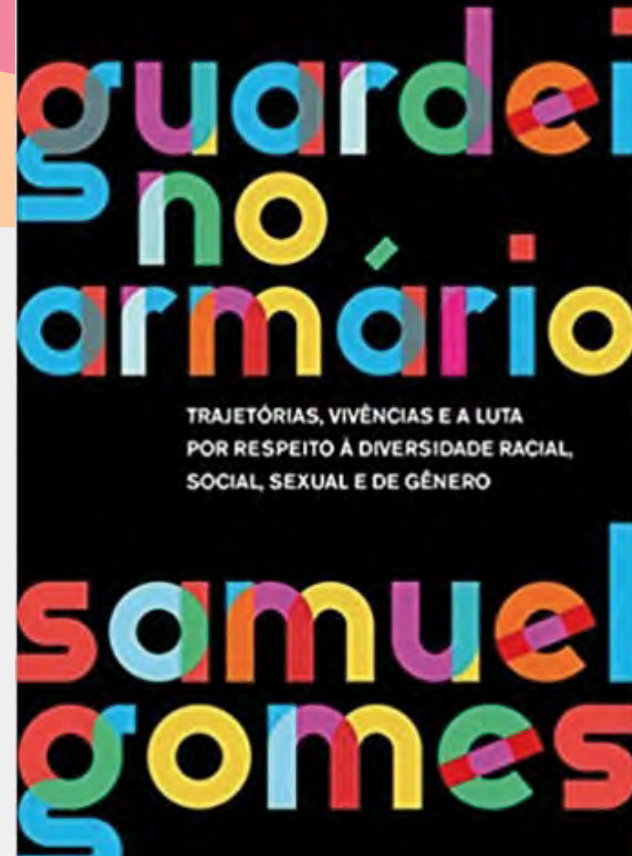
Um pouco antes, em maio, ocorreu o lançamento do Boletim de Bibliografias Seleccionadas Volume VII – “*LGBTQIA+: Orgulho e Respeito*”. Iniciativa da Biblioteca do Senado, em parceria com o Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, o material traz uma série de obras sobre equidade e tem como objetivo incentivar a leitura de textos que conscientizem acerca do preconceito, conforme explica Stella Maria Vaz, uma das responsáveis pela organização do produto.

— *Para o atual volume foram selecionadas obras que oferecessem não só o conhecimento da causa, mas também mostrasse autores LGBTQIA+, garantindo a representatividade. Sempre buscamos as publicações e autores mais relevantes e representativos de cada tema e que estejam disponíveis em nosso acervo ou na Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI). Além de livros, incluímos a indicação de algum site, podcast ou vídeo referência e disponível on-line gratuitamente* — explicou.



Stella ressalta que o intuito é oferecer aos leitores um panorama inicial, a fim de incentivar a leitura e a pesquisa sobre as causas, autores e grupos minorizados na sociedade: “*Assim, promovemos a visibilidade, reflexão, conhecimento e respeito, em especial à comunidade de pessoas com orientação sexual e identidade de gênero que divergem da heterossexual ou cisgênero*”.

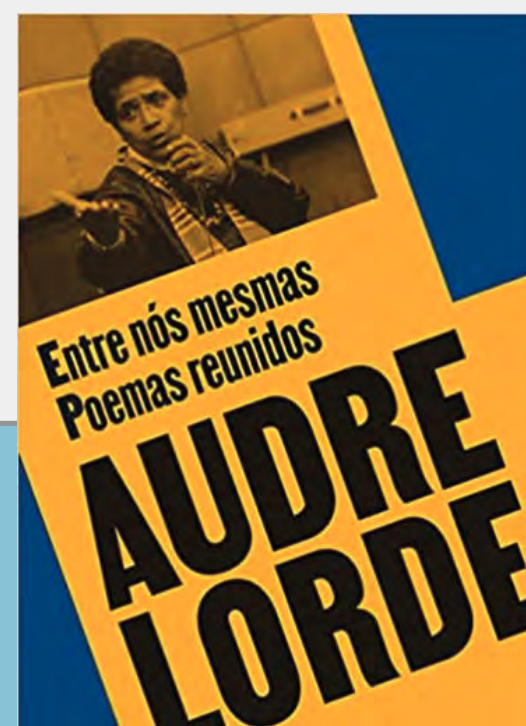




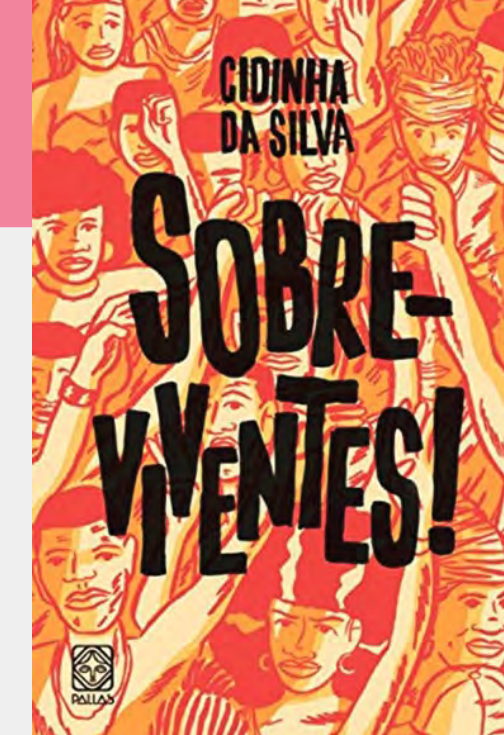
Luta coletiva – “*Você não precisa ser gay para lutar contra a homofobia*”, lembrou Laísa Silva, ativista do movimento LGBTQIA+ e estagiária do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça. Para ela, a publicação possibilita que os colaboradores da Casa conheçam outras formas de estar no mundo.

— *Na medida que entramos em contato com vivências distintas da nossa, aprendemos mais sobre e nos tornamos mais empáticos também, ainda mais em um contexto de tamanha violência contra pessoas LGBTQIA+.*

Mariana Tavares, também ativista do movimento e lotada na Secretaria de Apoio à Comissão de Meio Ambiente, acredita que o mês do orgulho LGBTQIA+ é fundamental. Para ela, é o momento de lembrar o valor de ser quem se é.



— *Aprendemos ao longo de toda a nossa vida que devemos nos esconder, fugir, fingir que não somos quem realmente somos. Então, de repente, ganha corpo a ideia de que na verdade esconder pra quê, o quê e por quê. Ganha corpo, cara e força exatamente não se esconder! O mês do orgulho é fundamental para lembrarmos que não há porque esconder algo tão bonito como ser.*



A servidora ressalta ainda que é fundamental pensar na relevância social da data, no impacto para novas gerações e na capacidade desse movimento gerar não apenas empatia, mas verdadeiramente orgulho de ser quem se é e de amar quem se ama.

Clique neste [link](#) para acessar o boletim de bibliografias.





Mais de cinco décadas de lutas

Além da busca por respeito e pelo combate ao preconceito, a comunidade LGBTQIA+ também luta pela manutenção dos direitos conquistados nos últimos anos.

Entre eles está a garantia, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), do teste e tratamento gratuito para todas as pessoas que vivem com HIV.

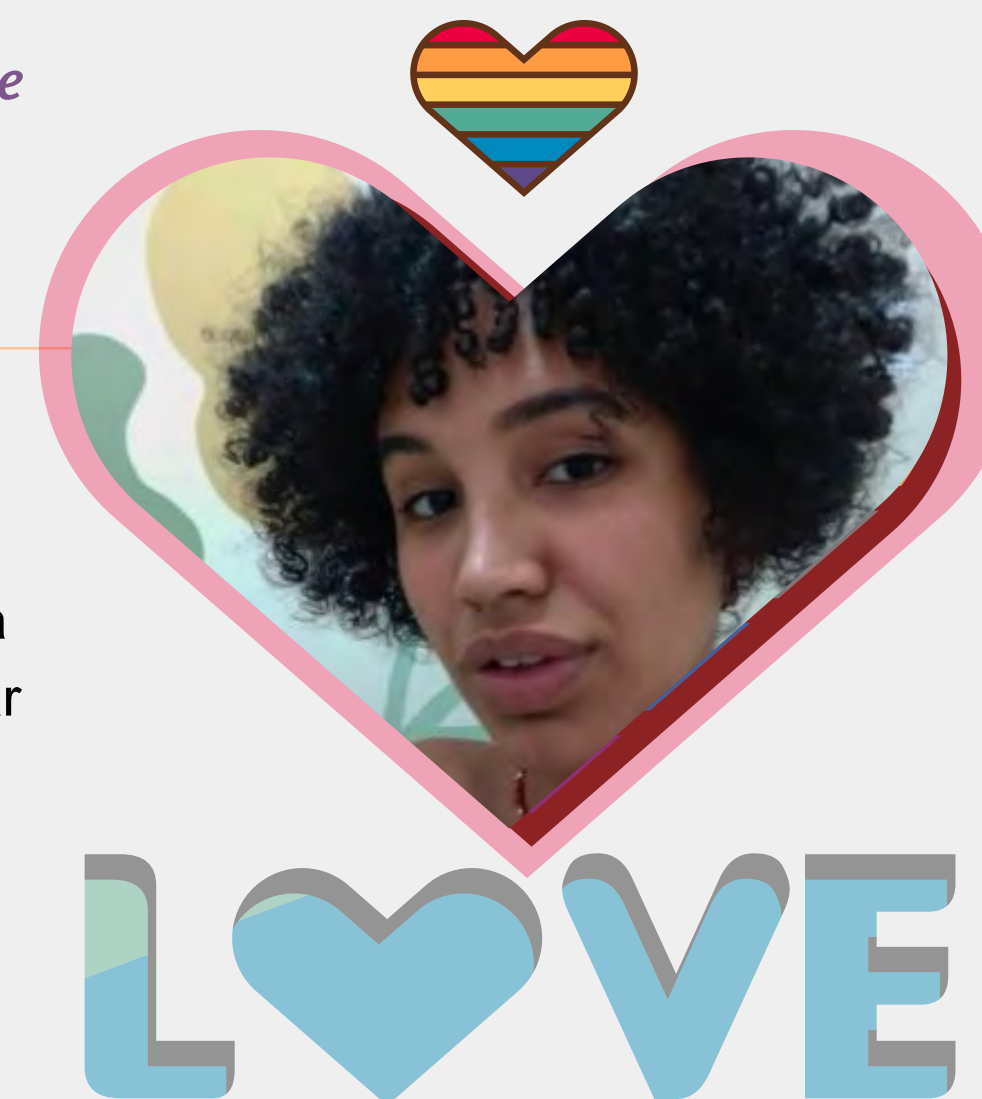
— *Desde 2018, todo e qualquer cidadão ou cidadã tem o direito de alteração do nome e sexo no registro civil, sem que se submetam a cirurgias ou tratamentos invasivos. Em 2019, a CCJ aprovou o projeto de lei que inclui mulheres trans e transexuais na Lei Maria da Penha. E, apesar da união entre casais homoafetivos não estar prevista em uma legislação específica, desde 2013, uma resolução do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) permite o casamento homoafetivo no civil e reconhece a união como núcleo familiar no Brasil* — explicou Laísa Silva.

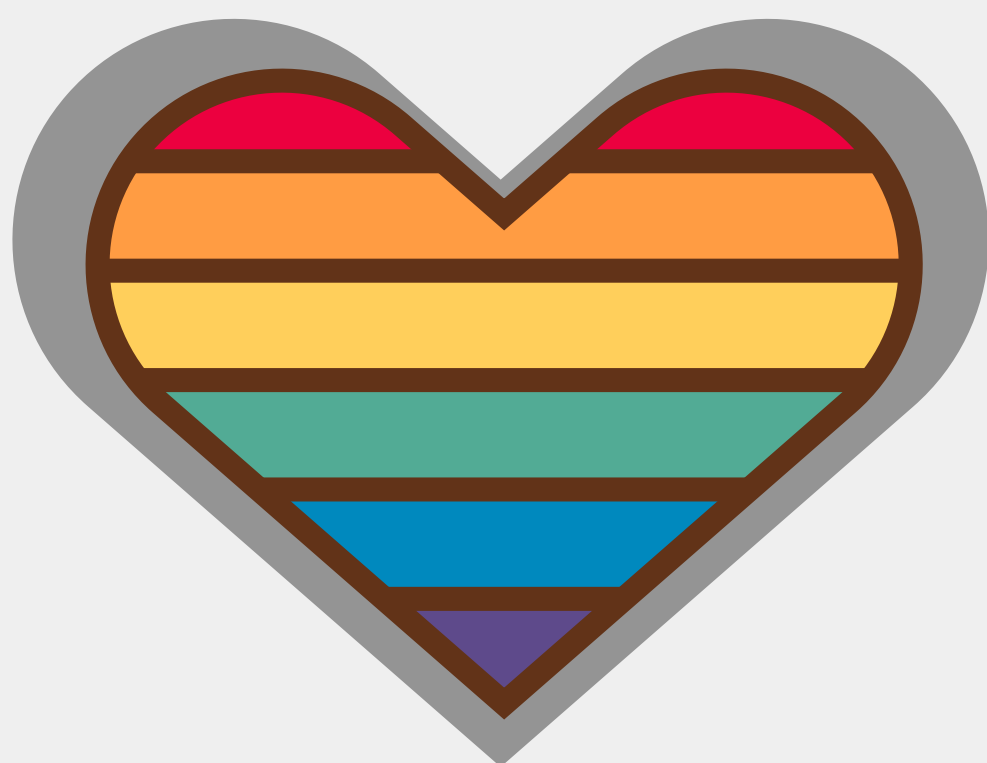
Outra conquista notória ocorreu há seis anos com o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) da adoção por casais homoafetivos. Há três anos, o Ministério da Educação (MEC) autorizou oficialmente o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica: *“E, mais recentemente, o STF entendeu como inconstitucional a proibição da doação de sangue por homens homossexuais, além de equiparar a homofobia e a transfobia aos crimes de racismo”*, ressaltou Laísa.

No âmbito administrativo do Senado Federal, algumas conquistas também merecem ser lembradas. Uma delas foi a possibilidade, adotada há alguns anos, de cada servidor ou servidora usar seu nome social. Ou seja, cada um pode se identificar da forma que quiser, conforme lembrou a diretora-geral, Ilana Trombka em palestra realizada em Maceió em 16 de julho.



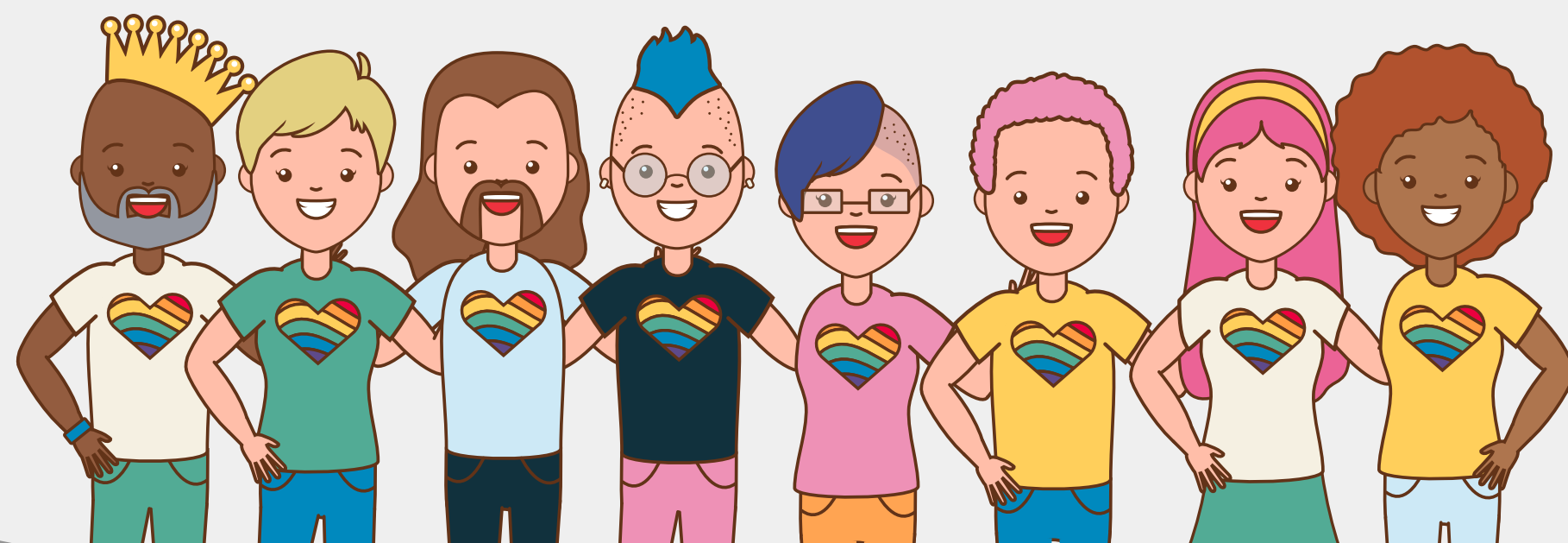
— *A única exigência é que a foto e o nome indiquem para o mesmo gênero* — disse.





Além disso, pioneiramente, em 2011, a Casa já reconhecia o direito de ser pensionista e dependente no plano de saúde para a companheira de uma servidora em uma relação homoafetiva. Vale destacar que, neste ano, o plano de saúde da instituição vai cobrir todo o tratamento para transição de gênero de uma servidora, que está em transição para o gênero masculino.

Porém, mesmo com os avanços, o caminho a ser percorrido ainda é longo, principalmente no que diz respeito a violência contra essa parcela da sociedade. Dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) mostram que 175 pessoas transsexuais e travestis foram assassinadas em 2020, de um total de 237 homicídios contra toda a comunidade LGBTQIA+.

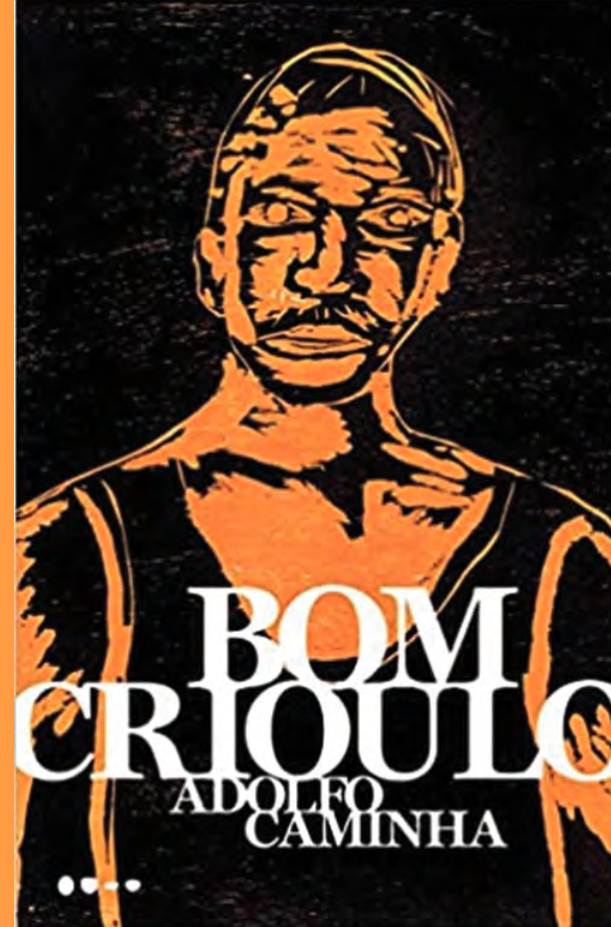


LOVE

Saiba mais sobre a Rebelião de Stonewall

A Rebelião de Stonewall marcou o dia 28 de junho de 1969 com a revolta da comunidade LGBT de Nova York contra invasões policiais a bares frequentados pelo público gay. A revolta desencadeou outros protestos em várias cidades dos Estados Unidos em favor dos direitos dos homossexuais. Por esse motivo, 28 de junho passou a ser o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+.

No ano seguinte, surgiu a primeira Parada do Orgulho Gay, em 1º de julho de 1970, fortalecendo o movimento. Hoje a data é lembrada para marcar a luta contra a LGBTfobia, termo que define as violências cometidas contra gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais, assexuais e outras pessoas LGBTQIA+.



Bom-crioulo, de Adolfo Caminha. Clássico do romance naturalista, é um retrato poderoso do Brasil do século XIX e se tornou uma referência da nossa melhor literatura. A publicação causou polêmica ao mostrar seus protagonistas - um negro e um branco - em uma relação homossexual.

Políticas do sexo, Rubin Gayle. O

autor utiliza pela primeira vez o termo gênero num texto de teoria antropológica, numa linguagem acessível para não antropólogos, argumentando que gênero e sexualidade devem ser pensados em interação, sugerindo que este produz socialmente o gênero, uma vez que por meio do casamento e da divisão sexual do trabalho se institui a diferença entre homens e mulheres. São textos fundamentais para entender o debate contemporâneo sobre gênero e sexualidade.



Problemas de gênero, de Judith

Butler. Livro fundador da Teoria Queer, apresenta uma crítica contundente a um dos principais fundamentos do movimento feminista: a identidade. Reflete que não é possível que haja a libertação da mulher, a menos que primeiro se subverta a identidade de mulher e contribuiu de forma decisiva para a renovação crítica do pensamento feminista na atualidade.

VOLTAR | INÍCIO

AVANÇAR



EM MAIS UMA EDIÇÃO, CINE REFLEXÃO TRAZ IMPORTANTES DISCUSSÕES PARA CORPO FUNCIONAL DA CASA

O preconceito vivido pelas pessoas com deficiência e pela comunidade LGBTQIA+ também esteve no centro das discussões da 3ª edição do Cine Reflexão, realizado em 25 de junho. Desta vez, o encontro foi aberto a todos os colaboradores da Casa, diferentemente do primeiro, que foi restrito aos estagiários, e do segundo, exclusivo para jovens aprendizes. Na ocasião, os participantes discutiram os principais pontos do filme *Hoje eu quero voltar sozinho*, do diretor Daniel Ribeiro.

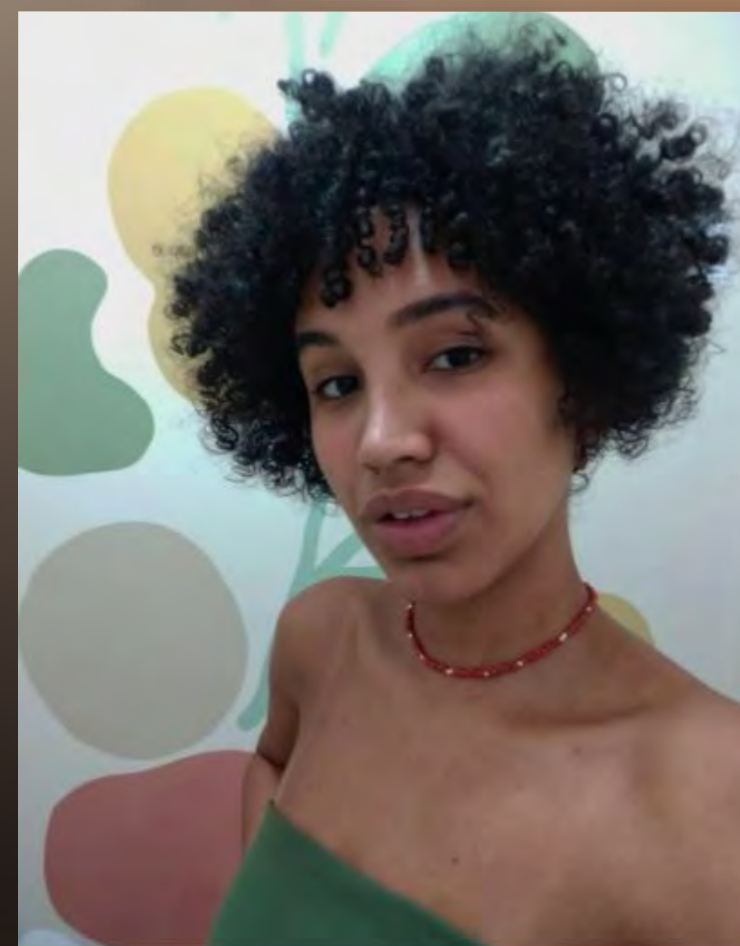
O projeto é uma iniciativa do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, com a parceria do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e do Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCas). Desta vez, a moderação ficou por conta da servidora Francis Monzo, do NCas, que abordou assuntos como nomenclaturas, dados sobre violência e capacitismo.

DGER.COM

AVANÇAR

— Também conversamos sobre como essas questões são abordadas no filme e abrimos para perguntas e comentários dos participantes. Foram levantados vários pontos: como podemos ter atitudes preconceituosas contra a pessoa com deficiência sem perceber, sendo a única forma de evitar isso a informação sobre o tema; a baixa expectativa de vida de pessoas trans; a mudança da forma de conviver com a homossexualidade com o passar das gerações, entre outras.

As discussões do Cine Reflexão foram repercutidas por três palestrantes convidadas. A primeira delas foi Laísa Silva, estagiária na área de ciências sociais do Comitê, que falou sobre questões relativas à diversidade. Ela explicou o significado da sigla LGBTQIA+ e discorreu sobre o que é gênero. A convidada ressaltou ainda que há muito a ser conquistado no Brasil em relação aos direitos das pessoas LGBTQIA+.



— *No Brasil, uma pessoa LGBTQIA+ é agredida a cada uma hora, e a população negra é alvo de mais da metade dos registros de violência. O Brasil é o país que mais mata pessoas transexuais no mundo* — enfatizou, complementando que a celebração do orgulho de ser LGBTQIA+ é o resultado de um processo de luta de mais de 50 anos em busca de respeito, proteção e direitos.



Preconceito - Thayane Karina Cunha da Silveira, também estagiária do comitê na área de ciências sociais, foi outra palestrante. A estudante, que possui deficiência nos membros inferiores, tratou do preconceito contra as pessoas com deficiência, que muitas vezes são consideradas pessoas incapazes, salienta.

— *A sociedade capacitista é caracterizada por achar que a deficiência é algo que deve ser corrigido e superado. A minha deficiência é uma condição específica para além da lesão do corpo, e cada pessoa enfrenta uma barreira social diferente de acordo com a deficiência que possui.*

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR



Segundo Thayane, é preciso realizar adequações nos ambientes, bem como conscientizar as pessoas sobre atitudes capacitistas: *“Para além da minha deficiência, sou uma pessoa, tenho medos, objetivos, sonhos e vontades. Só que para conseguir estar nesses espaços é preciso haver condições e oportunidades iguais, para que sejam acessíveis e nos incluam”*.

Daniela Ribeiro, revisora de textos em braile da Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf), que é deficiente visual, falou sobre a importância do acolhimento e da inclusão por parte da sociedade: *“Nós somos deficientes, mas nós queremos viver de forma igualitária. Não é porque você é deficiente que você vai ser menos ou mais alguma coisa. Limitações todas as pessoas têm. Somos seres humanos, todos iguais”*.

Oportunidade de aprendizado – A estagiária Larissa Teixeira Soares, da Coordenação de Museu, acompanhou as discussões e disse ter aprendido bastante: *“Algo que eu interiorizei foi o fato de que pessoas com deficiência não quererem ser tratadas de forma diferente, como coitadinhas ou como especiais por fazerem coisas corriqueiras, mas que querem formas de ter uma vida normal. É interessante como a maior limitação está no preconceito das pessoas”*.

Parceria com o ILB – Claudio Cunha de Oliveira, do Serviço de Ensino a Distância, da Coordenação de Capacitação, Treinamento e Ensino do ILB, comenta que a unidade é uma parceira da iniciativa e, por isso, sempre que é chamada participa de forma integral para que o evento aconteça da melhor forma possível.

— *Em linhas gerais, gerimos a plataforma Saberes, que é o ambiente que proporciona a interação nos fóruns de discussão do projeto. A plataforma Saberes é a sala de aula virtual do ILB. Sendo assim, nossa participação no Cine Reflexão é viabilizar a interação assíncrona pelo fórum de discussão* — disse.

Para a coordenadora do Comitê, Terezinha Nunes, a roda de conversa, que faz parte da segunda etapa do projeto, “foi um sucesso”. Houve a participação de mais de 30 pessoas e contou com discussões relevantes, afirmou. Contudo, para as próximas edições, a equipe pretender buscar formas de aprimorar a adesão ao fórum de discussão, que marca a primeira fase da ação, seguido pela roda de conversa.

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR





PROJETO DE CRIAÇÃO DA REDE DE EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA AVANÇA COM CONSOLIDAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Em junho, no dia 22, ocorreu a sétima reunião em prol da criação de uma Rede de Equidade de Gênero e Raça, com a participação de representantes de instituições públicas e de outras esferas. No encontro, o grupo finalizou o termo de cooperação técnica e, desde então, trabalha na elaboração de uma proposta de plano de trabalho. Terezinha Nunes, coordenadora do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado, lembra que o projeto [de criação da rede] está previsto no Plano de Equidade 2019/2021 do Senado.

— Houve uma primeira chamada a diversas instituições e, desse primeiro encontro, formamos um grupo menor para a construção conjunta do Acordo de Cooperação. Fizemos sete reuniões com a participação de representantes do TCU, STJ, MME, ENAP, CNJ, TJDFT, EBC, entre outras instituições — destacou.

Terezinha explica que, após o último encontro, a versão consolidada do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) foi encaminhada para todas as organizações que participaram da primeira reunião, em março, a fim de dar andamento à tramitação interna do documento. Assim que a versão for aprovada, os responsáveis darão seguimento com as assinaturas, afirma.

— A previsão é de que em breve tenhamos outra reunião para acompanhamento da tramitação do ACT nos diversos órgãos participantes — ressaltou.

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR

Esforço coletivo - A construção da rede conta com a participação de representantes de órgãos como Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Tribunal de Contas da União (TCU), da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), do Ministério de Minas e Energia (MME), do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e da Associação Brasileira de Advogados (ABA).

Servidora do TCU, Marluce Noronha Barcelos tem acompanhado as reuniões e afirma que vê como de relevante importância a criação de espaços formais para discussão sobre equidade. De acordo com ela, o trabalho conjunto fortalecerá iniciativas existentes por meio da cooperação mútua e servirá de modelo e inspiração para outras organizações públicas.

— *Isso contribui para o debate institucional de ações necessárias para avançarmos na promoção da igualdade e da equidade nas instituições públicas. O compartilhamento de conhecimentos, de práticas e de informações sobre essa temática potencializa os resultados que podem ser alcançados em cada órgão partícipe* — disse.

Fortalecimento da temática — Para a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, o Senado tem muito a contribuir porque possui um trabalho consolidado em relação às questões de equidade. Ela reforçou a importância da troca de experiência entre os órgãos para a efetivação do projeto.

— *Não tenho dúvida de que a rede de comitês de equidade de gênero e raça vai acabar fortalecendo a temática para todos nós. Vamos poder nos ajudar e usar as melhores experiências uns dos outros. O benchmarking é algo bastante aceito na esfera pública, então trazemos experiências que foram exitosas e nos dão força para implantá-las nos nossos próprios órgãos* — disse Ilana.



A diretora-geral também parabenizou o empenho de todos na redação do termo de cooperação e lembrou que o principal está por vir, com as assinaturas e a conquista de novos parceiros, efetivação e fortalecimento da Rede de Equidade.

PELA PRIMEIRA VEZ, UMA MULHER NEGRA OCUPA DIRETORIA DA IFI

Em julho, a economista Vilma da Conceição Pinto foi escolhida para ocupar a direção da Instituição Fiscal Independente (IFI), entidade criada há cinco anos para trazer mais transparência às contas públicas e divulgar as projeções sobre elas. Aos 31 anos, Vilma chega à IFI com dupla representatividade: além de ser a primeira mulher na função, é negra. Pronta para assumir um mandato de quatro anos, Vilma espera que sua trajetória inspire outras pessoas.

— *Vejo esse cargo como um grande desafio. Estarei representando milhões de pessoas que estão nesta mesma condição: de ser mulher e ser negra e ocupar posições no mercado de trabalho. Espero que consiga contribuir para o desenvolvimento da instituição, cumprindo as funções e atribuições que estão previstas na Resolução do Senado* — afirmou Vilma.

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR





Economista de formação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e mestre em economia empresarial e finanças pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Vilma iniciou a carreira profissional no Instituto Brasileiro de Economia da FGV, onde trabalhou de 2014 a 2020. Nesse período, foi responsável pelas projeções e análises de política fiscal e escrevia mensalmente artigos sobre conjuntura fiscal, no boletim macro do FGV-IBRE. Também escreveu dezenas de textos para discussão, notas técnicas e artigos relacionados às finanças públicas das três esferas da federação.

Para chegar à posição atual, trilhou um caminho repleto de desafios e superações. Vinda de uma família com baixo poder aquisitivo, filha de pai pescador e mãe gari, Vilma cresceu em uma comunidade em Niterói, no Rio de Janeiro, e sempre estudou em escolas públicas. Aos 16 anos, fez o primeiro estágio e sempre procurou manter-se informada acompanhando economistas renomados que eram convidados a participar de telejornais para falar de temas como inflação, preços etc. Com isso, descobriu sua vocação e ingressou na universidade por meio do programa de cotas.

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR

Diversidade fazia falta — No dia da sabatina, a diretora-geral, Ilana Trombka, reforçou que a presença de Vilma traz a diversidade em dose dupla, porque traz uma mulher, e uma mulher negra. Além disso, a diretora-geral ressaltou que o IFI tem feito um trabalho importante, mas também fazia falta a diversidade ali.

— *Isso é muito representativo, porque mostra que, quando falamos em equidade e dando oportunidade adequada, todas as pessoas têm condições de chegar ao lugar que seus sonhos as dirigem. Por outro lado, a indicação mostra que o Senado coloca na sua prática a importância da diversidade. Bem-vinda, dra. Vilma! É uma honra contar com a senhora nos quadros da IFI e tê-la como referência também dentro do Senado Federal* — afirmou Ilana.

Representatividade nos espaços de poder — Henrique Salles Pinto, coordenador do Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça (GT de Raça), ligado ao Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, afirma que os espaços de poder e decisão precisam contemplar a diversidade de seus representados. Para ele, “quando o poder não reflete a diversidade de seus grupos sociais ele carece de legitimidade democrática”.

— *Além disso, a própria entrega de soluções para problemas diversos é limitada, pois refletirá apenas as ideias de um grupo homogêneo. Nesse sentido, o ideal é que consigamos ter negros, indígenas, mulheres, pessoas com deficiência e outros grupos, que hoje são minoria política, também em lugares onde possam manifestar as diversas vozes da sociedade* — afirmou.

Nesse sentido, Henrique explica que o GT de Raça reuniu funcionários do Senado que se identificaram como negros para pensar em formas de ampliar o debate sobre as questões raciais para todo o corpo funcional. De acordo com o coordenador, o combate ao racismo é urgente em todo o mundo e o Parlamento deve atuar para trabalhar a questão em sua cultura institucional.



— Isto refletirá no clima entre os trabalhadores da instituição, como terá reflexos também nas entregas feitas à sociedade. Por isso, o GT atua na conscientização, com comunicação e grupos de estudos. O trabalho tem gerado produtos diversos, como artigos, exposições, cursos que serão oferecidos à sociedade e outras coisas que ainda estão por vir.

A vice-coordenadora do Grupo de Trabalho de Raça, a jornalista Letícia Alcântara, acrescenta que alguns segmentos sociais entendem que racismo é um problema tão somente de pessoas pretas e pardas, percepção que reproduz o racismo estrutural brasileiro. Para ela, enfrentá-lo exige o engajamento de todos, inclusive de brancos e de descendentes de povos asiáticos, por exemplo.



— *Ainda precisamos difundir na sociedade a ideia de que mais importante que o não-racismo é o antirracismo, é a consciência coletiva de que toda e qualquer forma de discriminação racial deve ser repudiada. Essa é a motivação dos trabalhos do GT de Raça* — finalizou.



RODA DE CONVERSA DEBATEU DIVERSIDADE RACIAL NO SETOR PÚBLICO

A valorização da pessoa negra no âmbito do funcionalismo público e a participação desse grupo em diversos setores nortearam uma roda de conversa virtual, em julho, comandada pela professora e doutora Ana Flávia Magalhães, primeira docente negra do Departamento de História da Universidade de Brasília (UnB). Durante o encontro, a especialista alertou para a tendência de escassez das seleções públicas no país e afirmou que isso pode significar menos diversidade entre os futuros servidores.

— *Estamos às vésperas da revisão da política de cotas. Mais do que garantir que ela seja mantida, que possamos garantir que as ações de ingresso no serviço público sejam efetivadas. Demorou para haver um edital que garantisse a reserva de vagas para candidatos negros. Nem todas as instituições se adequaram* — avaliou Ana Flávia.

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR

A docente criticou também o fato de que a falta de diversidade e inclusão esteja internalizada na sociedade. Conforme a especialista, apenas 3% dos professores de pós-graduação no país são negros ou pardos. Mesmo assim, ela disse não ver as pessoas escandalizadas por esse exemplo da realidade.

— *Em um país com maioria da população negra, isso deveria chocar. Mas essa composição cria uma certa sensação de estabilidade. Ninguém questiona que a qualidade intelectual desses programas de pós-graduação possa estar comprometida pela baixíssima presença de mulheres negras ali* — afirmou.

Prática educativa — A ação foi uma iniciativa do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça, do Serviço de Saúde Ocupacional e Qualidade de Vida no Trabalho (SesoQVT) e do GT de Raça do Senado. A mediação ficou por conta de Stella Maria Vaz, servidora do Serviço de Processamento de Artigos de Revista (Seart), e Laísa Fernanda Alves da Silva, estagiária na área de ciências sociais do comitê.

Segundo Stella, a roda faz parte da lista de atividades previstas no Plano de Equidade de Gênero e Raça do Senado (2019-2021). Para ela, trazer este tema ao debate é uma prática educativa e de empoderamento fundamental para combater o racismo na gestão pública.

— *E também para construir uma cultura organizacional que expresse valores de respeito, equidade e igualdade, além de promover o conhecimento sobre as consequências do racismo estrutural, advindo do período de escravização das pessoas negras, que tem segregado essa população das possibilidades de uma vida digna, incluindo o acesso aos cargos públicos e os de gestão e liderança.*

Para Stella, a adesão do público foi considerada satisfatória, com pelo menos 30 pessoas: *“Incluindo colegas de outros órgãos, como STJ e PMDF. Também tivemos muita participação e interação com perguntas, comentários e sugestões dos participantes”*.

Maicolm Ramos Bezerra, colaborador da Biblioteca do Senado, acompanhou a roda de conversa e ressaltou a relevância de discutir o racismo: *“É importante expandir e ter mais conversas sobre isso, pois assim podemos alcançar mais pessoas que ainda não tem noção da seriedade deste assunto. Só com oportunidades e mecanismos de políticas pública teremos mais igualdade no mercado de trabalho e no serviço público”*.



No Senado, maioria dos colaboradores já ouviu falar de racismo estrutural

Com o intuito de identificar as possíveis implicações do racismo no ambiente organizacional, a Casa realizou, em maio, uma pesquisa interna sobre a percepção do corpo funcional em relação a alguns aspectos ligados à prática do racismo étnico-racial. Entre os resultados obtidos, esteve o elevado nível de conhecimento do que se chama “racismo estrutural, institucional e individual”, com 82% dos respondentes afirmando já ter ouvido falar sobre o assunto.

Entre os participantes que afirmaram já ter ouvido falar em racismo, 68% disseram que sabem muito a respeito e 30% que pouco. Tema amplamente discutido, inclusive no âmbito interno, o racismo estrutural é a vertente de estudos que considera que existem condições estruturais na sociedade que perpetuam a discriminação de determinadas raças e etnias.

O levantamento ouviu 681 pessoas sobre diversidade étnico-racial no Senado e vai contribuir para a Casa criar estratégias de conscientização sobre racismo e sua superação, segundo Henrique Salles Pinto, coordenador do Grupo de Trabalho de Afinidade de Raça (GT de Raça), ligado ao Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça.

— *As pessoas de maneira geral até já ouviram falar de racismo estrutural, mas não sabem o que é. No contexto em que existe abertura para conversar mais sobre o assunto, para promover mais equidade, é importante conscientizar de maneira estratégica o que é esse racismo estrutural* — afirma Henrique.

Outro ponto importante da pesquisa, avalia o coordenador, é que 84% dos pesquisados entendem que o racismo é um tema que recebe mais atenção do público negro. Já 32% responderam que o assunto interessa mais a indígenas; 29%, a pardos; 10% a amarelos; e 3% a brancos. Os que não souberam ou preferiram não responder somam 21%.

A pergunta foi feita a quem afirmou que racismo não é um assunto que interessa a todas as pessoas, independentemente da cor da pele.

— *O que a gente quer também é trazer mais conscientização para o público de não negros: brancos, indígenas e descendentes de asiáticos, para que eles tenham consciência sobre o que é racismo estrutural e que juntos nós precisamos agir de maneira respeitosa para superar esse problema. O ideal é que todos tenhamos a mesma atenção, a mesma estratégia e o mesmo cuidado nas ações. Nesse sentido é que a gente vai começar a atuar.*

PROGRAMA
**PRÓ-EQUIDADE
DE GÊNERO E RAÇA**
6ª Edição

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

**SENADO GANHA SELO DE
EQUIDADE DE GÊNERO E RAÇA
PELA TERCEIRA VEZ**

Uma história de sucesso que se iniciou em 2011. O certificado foi criado em 2005 pelo Governo Federal, a certificação inicialmente era aberto somente para empresas públicas e privadas. Mais tarde foi ampliada para os parlamentos e outras instituições públicas. A adesão do Senado ao programa plantou sementes que agora geram frutos.

O terceiro selo conquistado foi recebido pela diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, em cerimônia realizada em julho.

— *O Senado, que se inscreveu pela primeira vez em 2011 para receber este selo, não é o mesmo de hoje. Temos novas ações e acreditamos nesta causa* — disse.

AVANÇAR



Terezinha Nunes, coordenadora Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do Senado, explica que o último selo recebido é referente a sexta edição 2016/2018.

— *Trabalhamos com afinco tanto o comitê representativo do Pró-Equidade quanto o Comitê Permanente pela Promoção da Equidade de Gênero e Raça, que foi criado em 2015 pela Diretoria-Geral do Senado. Nosso objetivo era cumprir o plano de ação que foi proposto nesta edição junto a Secretaria de Políticas para Mulheres* — explicou a coordenadora.

O plano de ação prevê dois eixos de ação: gestão de pessoas e cultura organizacional, contemplando cinco dimensões em cada eixo. Cada dimensão inclui uma ação. Dez ações que se desdobraram em diversas atividades.

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR

Terezinha destaca algumas ações, uma delas chamada de ação transbordante, porque ultrapassa os limites da Casa e tem repercussões sociais diretas. Exemplo disso é a reserva de vagas para mulheres em situação de violência doméstica/familiar nos contratos de terceirização.

— *Previmos também a criação de um guia que orientasse o concurso público que em breve deve ser deflagrado pelo Senado Federal. Para isso, fizemos uma mesa redonda chamada “Diversidade no Serviço Público” gravada pelo e-Cidadania, algo que considero muito interessante. Trouxemos representantes do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Planejamento, do Banco do Brasil e outros órgãos públicos que já tinham uma história na elaboração do concurso incluindo questões de gênero e raça, e que nos ofereceram muitos subsídios”* — relata Terezinha.



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado

Segundo ela, algumas ações são focadas em capacitação e treinamento, priorizando a qualificação de gestores, chefes e demais servidores efetivos na temática de gênero e raça, além de atividades para jovens aprendizes, estagiários e terceirizados. O Programa de Formação Gerencial (PFG), por exemplo, contou com um painel específico sobre assédio moral e sexual.



— Algumas palestras que fizemos ajudaram a cumprir a missão. Convidamos para uma conversa a Djamila Ribeiro, houve também o Mulheres do Século XX, roda de leitura, o Workshop Igualdades e Desigualdades. Registramos também capacitações externas que servidores fizeram para termos mais qualificação do corpo funcional no tema — disse Terezinha.

Outra linha de atuação do Comitê, afirma a gestora, foi a redução de jornada para servidoras que tiveram filhos. Segundo Terezinha, houve um grande protagonismo das servidoras gestantes para alcançar este objetivo.

— Conseguimos registrar o Ato da Comissão Diretora, número 3, que contemplou essa ação. Temos conseguido incentivar que mulheres, sobretudo aquelas com filhos pequenos, a continuarem em cargos de liderança — pontua a servidora.

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM



QUINTA-FEIRA, 17h
MICROSOFT TEAMS

VIRTUAL

AS CICATRIZES DA VIOLÊNCIA: um debate sobre o livro "Tudo é rio"

Mediadora:
Carla Madeira (autora)

Apoio:
Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade
de Gênero e Raça do Senado Federal

AVANÇAR

Mudanças de postura - Terezinha também faz questão de ressaltar as mudanças nas atitudes dos servidores ao longo dos últimos anos sobre o tema da equidade: “Pela minha experiência trabalhando com gestão no Senado, posso afirmar que antes não havia esta preocupação. Quantas mulheres trabalhando em tais cargos, quantas em cargos comissionados. Se existia assédio, se havia dificuldade em conciliar jornada de trabalho com tarefas do lar”, testemunha ela.

Dois anos depois do Senado aderir ao programa, em 2011, a Casa conseguiu o primeiro selo em reconhecimento às ações desenvolvidas.

— *Foi muito bacana. Tudo era novo. Como seria a adesão dos colaboradores? Nosso trunfo foi a adesão da alta direção da Casa. Tínhamos esse respaldo. A criação do Comitê Permanente que deu um impulso. Tínhamos um compromisso com a Secretaria de Políticas para Mulheres em nível do Governo Federal e também um compromisso interno.*

De acordo com ela, no começo foram enfrentadas algumas resistências, pois a novidade era encarada como acessório: “Muitos colegas perguntavam qual a necessidade de se coletar dados sobre cor e raça. Era necessário fazer uma sensibilização diária, com muita paciência. Os frutos vieram. A conscientização de que a igualdade é efetiva. A diversidade é uma riqueza. Isto foi sendo incorporado na cultura organizacional do Senado”.



JACK MUCHLINSKI



KIMBERLEY HUTCHIONSON



NAFISA KIANI

EVENTO INTERNACIONAL DESTACA TRABALHO DE COMBATE AO RACISMO DO SENADO

A atuação do Senado em prol de um ambiente cada vez mais igualitário tem obtido reconhecimento nos âmbitos nacional e internacional. A mais recente conquista é que o trabalho do Comitê Permanente pela Promoção da Igualdade de Gênero e Raça foi um dos assuntos de destaque do encontro internacional promovido, em 17 de junho, pela Apolitical, fundação sem fins lucrativos que congrega servidores públicos de 170 países.

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR



Representando a Casa, Roberta Viegas, vice-coordenadora do Comitê e gestora do Núcleo Social (NSoc) da Consultoria Legislativa (Conleg), falou a respeito de políticas inclusivas e de combate ao racismo na Casa. O convite surgiu, em maio, a partir de um artigo escrito, no início deste ano, pelo colega Pêrsio Henrique Barroso, chefe do Serviço de Informação de Dados Pessoais, que à época fazia parte do comitê. O texto foi escolhido pela organização do evento para nortear o debate sobre inclusão no serviço público.

— *O artigo foi muito bem recebido e Pêrsio foi chamado para apresentá-lo em um painel do encontro. Como ele se desligou do Comitê, pedi que outro membro o representasse e eu fui. Apresentei o material, que fala sobre a implementação do Comitê, o Plano de Equidade do Senado e todas as mudanças que têm se dado e que ainda esperamos que se dê, no sentido de uma maior equidade de gênero e raça na Casa* — declarou.

Responsável pela autoria do material, Pêrsio comenta que a sensação foi de orgulho, tanto no aspecto pessoal quanto pelo trabalho desenvolvido pela Casa: *“Uma coisa que eu percebi é que fazemos muita coisa boa, mas aqui no Brasil a gente acaba ficando isolado do mundo, o que a gente faz pode ser compartilhado e pode ser um modelo para outros países. O sentimento foi exatamente este: de saber que fazemos um bom trabalho”*.

Esclarecendo conceitos — De acordo com Roberta, os espectadores ficaram interessados na experiência que o Senado vem liderando no país. Ela destaca que surgiram muitas perguntas e que interação do público foi ativa: *“Particularmente, o grupo de afinidade de raça gerou grande interesse, assim como as discussões que vêm acontecendo internamente na Casa para ampliar a equidade”*.

Durante sua fala, além de tratar das políticas internas da Casa, Roberta aproveitou para responder a um comentário feito por outros participantes a respeito de racismo reverso. A pergunta era sobre uma possível preocupação de, ao se promover equidade, isso ser entendido como preconceito contra brancos.

— *Não acredito que isso exista. Entendemos o racismo como uma imposição de superioridade sobre outros baseada em etnia, cultura ou religião, e não vejo lugar algum em que os brancos sejam considerados inferiores* — disse.

Para Nafisa Kiani, servidora do Parlamento britânico e participante do encontro, a apresentação forneceu importante compreensão acerca das políticas de gênero e raça do Senado brasileiro. A servidora ressaltou ainda que considera as políticas adotadas pela Casa inclusivas.

Trajetória no Comitê - Roberta lembra que está ligada ao Comitê desde sua criação, em 2015, acompanhando o processo de implementação, como coordenadora. Três anos depois, se afastou da coordenação, mas continuou como integrante, contribuindo com as discussões e planejamento. Neste ano, voltou como vice-coordenadora.

— *Os participantes do Comitê não têm uma função delimitada, a ideia é que sejamos todos participantes com ideias e ações que atuem na efetivação de um ambiente equitativo entre os gêneros e as raças que coexistem no Senado. Na construção do Plano de Equidade, a coordenadora [Maria Terezinha Nunes] lidera as reuniões entre os diversos órgãos da Casa, para que apresentem ações setoriais específicas direcionadas à temática da equidade* — disse.

**ASSISTA NA
ÍNTEGRA O
ENCONTRO**

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

COMUNIDADE

INÍCIO

DGER.COM

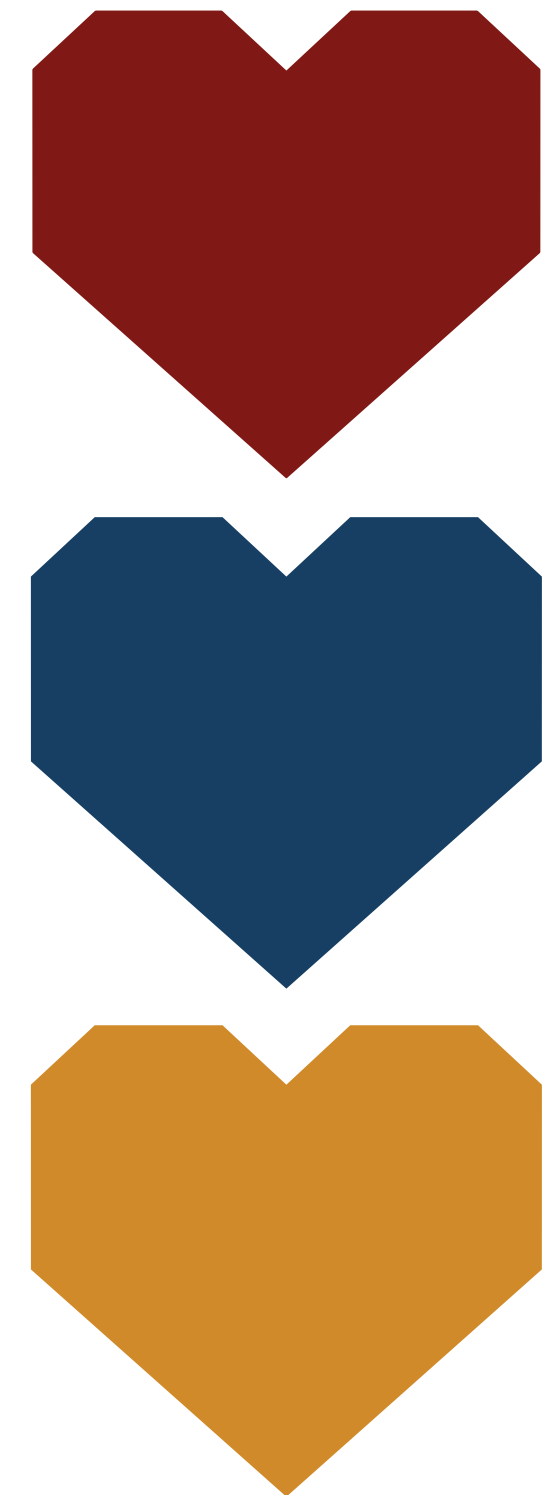
AVANÇAR

Empatia e força de vontade dão tom às ações da Liga do último trimestre

A Liga do Bem, grupo de voluntariado do Senado, fez muito nos últimos meses. Atuou em diversas frentes, ajudou inúmeras pessoas e provou, mais uma vez, que o espírito de solidariedade é capaz de “mover montanhas”. São tantas iniciativas que resumi-las em alguns parágrafos é tarefa complexa, diante da importância de cada uma delas. Por isso, tentamos mostrar, nas linhas a seguir, parte da magnitude e do alcance que as ações do grupo tiveram.

Entre as muitas ações, houve distribuição de máscaras sanitárias (confeccionadas por costureiras voluntárias), revestimentos para paredes de casas (feitos a partir de caixas de leite), mantas térmicas e cobertores para moradores de rua, lençóis para hospitais, lenços e faixas para pacientes de câncer. Tem ocorrido ainda a distribuição de cestas básicas mensais para a comunidade interna, no caso dos trabalhadores autônomos da Casa como os lavadores de carros e prestadores de serviços na barbearia, e para as famílias das crianças atendidas pela “Liguinha do Bem”, projeto da Liga que dá assistência a crianças do Distrito Federal e Entorno com problemas de saúde diversos.

Além disso, recebem as cestas básicas mulheres que fazem parte do projeto “Brechó do Bem Empoderamento”, nova ação da Liga, que consiste na doação de peças do Brechó do Bem para mulheres em situação de vulnerabilidade social que precisam ser empoderadas. Até o momento, já são cinco contempladas. Vale lembrar que no brechó as portas estão abertas para que beneficiários das ações do grupo possam contribuir com produções próprias (como roupas feitas à mão), ficando com o dinheiro correspondente às vendas.





Segundo Patrícia Seixas, coordenadora da Liga do Bem, neste trimestre, duas ações merecem destaque especial: o “Ligado nas Tampinhas”, que consiste na arrecadação de tampinhas plásticas em galões, e o “Lacres do Bem”, voltada ao recolhimento de lacres de latinhas de alumínio, ambos para serem trocados em moeda com empresas de reciclagem. Até o momento, foram compradas 2.296 unidades de fraldas geriátricas e infantis para entidades como Santos Inocentes, Instituto Embalando Sonhos, Associação dos Portadores de Necessidades Especiais (APNEP), Lar de idosos Experiência de Vida e Abrigo de Excepcionais de Ceilândia. Patrícia ressalta ainda a parceria com a organização Pró-Vida, que pegou pelo menos 10 galões para uma ação voltada a crianças carentes da área rural do DF.

— *Temos muitas parcerias e a cada dia esse número aumenta. São eles: Graviola restaurante, Associação Despertar Sabedoria e Suqueria DF. Temos vários participantes também da comunidade, da Liga e Amigos da Liga. Já entregamos mais de 100 galões.*



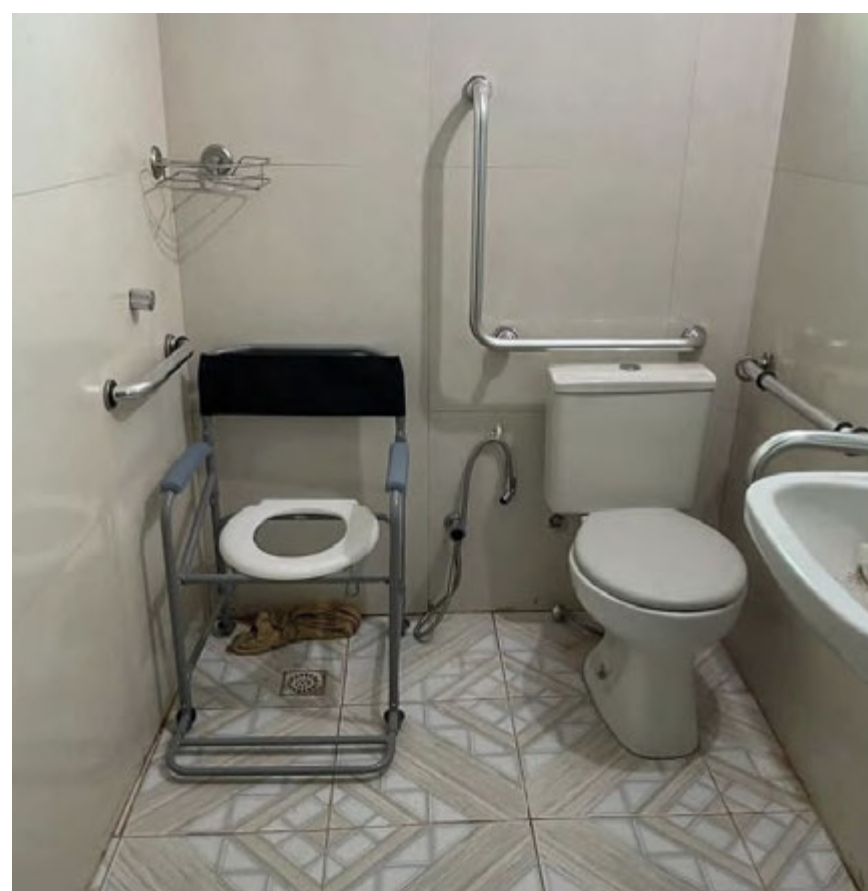


Ações do Bem – Merece destaque também os trabalhos do “Mantas do Bem”, ação inspirada no projeto Irmãos Girassóis, no qual embalagens do tipo tetrapak (caixas de leite ou sucos) que iriam para o lixo são transformadas em mantas térmicas. O revestimento interno funciona como isolante térmico. De acordo com Patrícia, as mantas produzidas pelos voluntários da Liga possuem alguns diferenciais:

- *A nossa manta térmica tem o diferencial de ter uma camada de acrílon e outra de caixas de leite. A manta simples tem 18 caixas, a nossa 36* — disse.



Como parte do “Reparos do Bem”, Patrícia salienta as intervenções de acessibilidade feitas no banheiro da dona Maria de Lourdes Santos Sousa, cadeirante que está sendo empoderada pela Liga por meio da venda de produtos artesanais feitos por ela. Já na iniciativa Produções do Bem, além dos turbantes, faixas, bandanas e capotes, as voluntárias costureiras da Liga também fizeram mais lençóis que foram entregues ao Hospital Regional de Sobradinho.





— Fizemos 420 capotes para o Sindilegis, que doou o TNT, e entregamos cobertores para famílias de refugiados venezuelanos, abrigo de crianças, moradores em situação de rua e famílias vulneráveis do Entorno. Também em parceria com o Sindilegis, entregamos no acampamento Zumbi dos Palmares 100 cobertores e 59 cestas básicas — detalhou a coordenadora.

Também movimentou o time de voluntários a rifa de uma boneca feita pela adolescente Júlia, integrante da Liguinha do Bem. Ao todo, foram arrecadados cerca de R\$ 2 mil. Deste montante, aproximadamente R\$ 1 mil foram usados para quitar débitos de contas de luz atrasadas da família.

Já entre as novidades do trimestre, está a implementação do projeto piloto “Horta do Bem”. A expectativa é fazer hortas e ensinar o plantio para famílias beneficiadas com os revestimentos do “Reparos do Bem”.

Parcerias - Em meio ao frio que tomou conta da capital federal no inverno, a Liga do Bem, em parceria com o projeto Mais Amor, doou, em junho, mantas térmicas, cobertores e alimentos para pessoas em situação de rua. Ao todo, foram entregues 96 sopas, 70 cobertores, 60 kits de café da manhã e 30 mantas térmicas, feitas por voluntários da Liga do Bem e confeccionadas com caixas de leite.

Ainda em parceria com o Mais Amor, que cedeu os tecidos, a Liga produziu 720 máscaras infantis do projeto “Máscara do Bem”. Os itens foram encaminhados para o Instituto Nair Valadares, que presta atendimentos na área de educação infantil.



Para os próximos meses – O trabalho é vasto e os planos não ficam atrás. De acordo com Patrícia, as próximas idealizações da Liga incluem a confecção de bolsas ecológicas para o projeto “Produções do Bem”, a tradicional campanha Outubro Rosa e a ação das cartinhas natalinas junto aos Correios. Foi realizado ainda, na última quarta-feira (11), um “dia de beleza” na Casa Abrigo, proporcionado por voluntárias da Liga.



Voluntariado – Ana Lúcia Geaquinto, servidora da Casa e uma das voluntárias, comenta que presenciar a alegria daqueles que são auxiliados pela Liga dá aos voluntários força e vontade para seguir em frente.

— *É um passo que a gente dá e não tem mais vontade de parar. Isso vai invadindo a gente. A recompensa que temos quando vemos a realização do sonho de uma pessoa e que contribuímos para isso, é uma realização muito grande. A prova de que tudo que a gente fez valeu a pena.*



Claudia Helena Miranda

Guimarães, também voluntária, conta que começou a participar mais ativamente do grupo no ano passado: *“Estou passando por um momento emocionalmente muito delicado e ajudar pessoas e ver seus olhos brilhando, quando você oferece algo, até uma palavra de carinho é mágica.*

— *Como minha filha costumava dizer que ‘Ser luz não é sobre brilhar é sobre iluminar caminhos’, tenho certeza que estamos conseguindo ser luz na vida de muitas pessoas — concluiu.*

QUALIDADE DE VIDA

INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR



NOVOS CREDENCIAMENTOS DO SIS AUMENTAM OPÇÕES PARA USUÁRIOS

Para garantir um retorno seguro à rede credenciada direta, decisão tomada em 2020, o Sistema Integrado de Saúde (SIS) priorizou prestadores de serviço fundamentais para seus beneficiários, como hospitais, oncologia, diálise e home care. De acordo com Daniele Calvano, gestora da Coordenação de Atenção a Saúde do Servidor (Coasas), os novos credenciamentos possibilitaram ampliar a rede de assistência.

— *Ter um contato direto com os prestadores de serviços de saúde facilitou o cuidado de nossos servidores e seus dependentes. Tivemos a oportunidade de credenciar grandes parceiros que certamente elevaram a qualidade da assistência à saúde da nossa comunidade* — observou Daniele.

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR

Segundo Paula Furtado, da Coordenação de Atendimento e Relacionamento (Coatrel), o SIS possui todos os hospitais terciários do Distrito Federal, hospitais de notória especialização em outros estados, a exemplo do Hospital Sírio-Libanês, do Hospital Albert Einstein, da Vila Nova Star, em São Paulo; do Hospital Samaritano - unidades Botafogo e Barra - todos diretamente credenciados ao SIS.

— *Contamos com os principais laboratórios, como Sabin e Dasa já credenciados e em atendimento. Temos ainda assistência oncológica [por exemplo, no Hospital Sírio Libanês no Distrito Federal e no CETTRO], em diálise [SOCLIMED, CDRB, CDRT] e Centro de Infusão, Infectologia e Vacinas [CLIDIP]. Todos esses estão entre importantes credenciados para assistência complexa extra-hospitalar para nossos beneficiários* — afirma Paula.

No entendimento da servidora, o credenciamento da AMHPDF (Associação dos Médicos de Hospitais Privados do Distrito Federal) permitiu manter a capilaridade de atendimento em grande parte das especialidades, em qualquer localidade do Distrito Federal. Segundo ela, importante também foi o credenciamento direto a empresas de assistência domiciliar, na modalidade conhecida como home care.



VOLTAR | INÍCIO

AVANÇAR



Também foram credenciadas empresas para atendimento ambulatorial em diversas especialidades médicas, incluindo atividades diagnósticas e terapêuticas, além de psicologia, fisioterapia, odontologia, fonoaudiologia e terapia ocupacional. Vale ressaltar que a modalidade de autogestão permite ao SIS possuir sua estrutura administrativa própria, com controle e direcionamento da rede credenciada, conforme o perfil dos beneficiários.

Segundo informações do SIS, a opção pelo retorno à autogestão se dá por vários aspectos: como a saúde fiscal do plano, a possibilidade de negociar melhores preços com prestadores de serviço, a autonomia para autorizar procedimentos e maior transparência na prestação de contas aos beneficiários. Ainda de acordo com a unidade, a partir das mudanças realizadas no ano passado, a primeira necessidade foi explicar aos usuários, em setembro, os motivos de serem necessárias duas carteirinhas, com prazo de validade de um ano.

— *A carteira da rede direta é de formato exclusivamente digital, o que fez com que o SIS precisasse noticiar não apenas a existência do documento, mas também a maneira de obtê-lo.*

Para isso, foi veiculada uma ação – cuja identificação foi Campanha da Virada – com matérias publicadas na Intranet e comunicados enviados por e-mail, mensagens de WhatsApp e vídeos explicativos.

Entrevista com Paula Lobo Furtado, coordenadora de Atendimento e Relacionamento

1

Você poderia explicar como é um processo de credenciamento?

O credenciamento é uma ferramenta para contratação de serviços. Não há necessidade de licitação. Utiliza-se edital de chamamento público que definirá o objeto a ser executado, os requisitos de habilitação e especificações técnicas indispensáveis, além de estabelecer os critérios para convocação dos credenciados.

No caso de credenciamento de prestadores de serviços de saúde para o SIS, utilizamos o edital de credenciamento do Ministério Público Federal (MPF), condição possível pelo acordo de cooperação técnico-institucional firmado entre o Senado e o MPF, para convocar os interessados em prestar serviços de saúde para nossos beneficiários.

2

Quais são os critérios?

Os critérios para credenciamento obedecem o regulamento do SIS – Ato da Comissão Diretora número 2 de 2018, Anexo IV, Título II, Capítulo I. De maneira resumida, podemos afirmar que o credenciado deve ter excelência profissional, adequadas instalações e habilitação técnica para as diversas especialidades.

3

O que o SIS busca nos credenciamentos?

O SIS busca excelência no atendimento, boa capilaridade de cobertura nas diferentes localidades do Distrito Federal e Estados. Além disso, é fundamental que o prestador de serviços tenha transparência nas contas, idoneidade e adequado atendimento ao interesse público.

4

Fale sobre sua experiência trabalhando com este processo.

A experiência com o processo de credenciamento de prestadores de serviços de saúde é engrandecedora, tanto do ponto de vista profissional, como interlocutora, quanto como beneficiária do SIS. Esse processo nos permite conhecer de perto os prestadores, proporcionar atendimento personalizado a nossos beneficiários, com a garantia de estar oferecendo o melhor serviço.



SUSTENTABILIDADE

INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR

Mês da Sustentabilidade



**11 de junho
a 1 de julho**

REDE LEGISLATIVO SUSTENTÁVEL COMEMORA MÊS DO MEIO AMBIENTE COM EVENTO VIRTUAL

A administração pública, em todos os níveis, vem institucionalizando ações de sustentabilidade para torná-las práticas do cotidiano. Cartas de compromisso, planos e programas de logística sustentável e diversas outras iniciativas, formalizaram nos últimos anos, a agenda sustentável dentro do poder público. Mais que isso, Legislativo, Executivo e Judiciário vão se integrando num diálogo contínuo sobre o tema.

Reflexo disso é a Rede Legislativo Sustentável, que no último dia 11 de junho comemorou o Mês Internacional do Meio Ambiente, com um evento transmitido pelo canal da TV Senado no YouTube. Humberto Formiga, do Núcleo de Ações Socioambientais do Senado Federal (NCAs), explica que a Rede surgiu em 2019 através da cooperação entre Câmara, Tribunal de Contas da União (TCU) e o Senado.

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR

— *Nessa linha, o Senado publicou uma cartilha intitulada "Iniciativas Sustentáveis Para a Administração Pública – ISAP", com 355 boas práticas extraídas da experiência de 18 órgãos dos Poderes Legislativos, Judiciário e Executivo. Naquele momento estavam sendo dados os primeiros passos para a criação da Rede Legislativo Sustentável, que se originou da colaboração técnica entre Tribunal de Contas da União, Senado Federal, Câmara dos Deputados* — disse.

Em junho, a rede promoveu diversos eventos virtuais, que trataram dos seguintes temas: o debate sobre o papel da logística sustentável na gestão pública, a discussão sobre as mudanças na legislação referentes às compras sustentáveis e o papel das redes sociais no engajamento para questões de sustentabilidade.

— *Os eventos virtuais promovidos pela Rede, alusivos ao Mês do Meio Ambiente, alcançaram cerca de 15 mil visualizações, com interação da audiência pela internet* — disse Humberto.

Segundo ele, o Senado adota práticas sustentáveis há várias décadas. Inicialmente com ações pontuais, estruturadas em programas isolados, tais como os precursores Senado Inclusivo, Senado Verde e Câmaras Verdes, todos extintos: *“Essas iniciativas anteriores contribuíram para a maturidade do modelo atual, a ponto de ser motivo de orgulho que o Senado tenha sido uma das instituições pioneiras na adoção da geração de energia elétrica fotovoltaica, antes que o assunto ganhasse a relevância que tem hoje.”*

A Carta de Compromissos do Senado Federal, que criou as bases formais para a implantação da Responsabilidade Social em seus três eixos fundamentais: acessibilidade, equidade de gênero e raça e sustentabilidade, foi um passo importante para reforçar as ações de sustentabilidade.

— *Assim, o Núcleo de Coordenação de Ações Socioambientais (NCAS) surgiu em 2014, incumbido de planejar e monitorar as ações de Responsabilidade Social, a partir do alinhamento estratégico estabelecido* — ressalta Humberto.



Economia expressiva - Entre 2015 e 2018, 13 milhões de copos plásticos deixaram de ser usados, a economia de energia elétrica foi da ordem de 8% e se reduziu em cerca de 35% o consumo de água. Entre 2016 e 2019, a redução do consumo de papel chegou a 39%

Nesse contexto, foram implantados nos últimos anos os planos de Logística Sustentável, de Acessibilidade, de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e de Equidade de Gênero e Raça.

Durante o evento do dia 11 de junho, transmitido pelo Youtube, a diretora-geral do Senado, Ilana Trombka, afirmou que o termo sustentabilidade extrapola as questões ambientais.

— *Começamos a conhecer o termo sustentabilidade por meio das discussões de cunho ambiental. Mas sustentabilidade não é um termo que se restringe ao meio ambiente. Sustentabilidade é a construção de um mundo mais adequado, um mundo mais justo, em consonância com os recursos que necessita e também com os valores que quer passar. É um mundo que inclui, que trata com equidade homens e mulheres, brancos e negros, cisgêneros e pessoas de outras designações sexuais*
— disse Ilana



Foto: Marcos Oliveira/Agência Senado



Neste mesmo evento, Cristiano Ferri, pesquisador de Centro de Formação da Câmara, analisou o papel das redes sociais para a questão da sustentabilidade.

— *As redes são ativos fundamentais para qualquer instituição pública em suas áreas de atuação. Existem três pontos vitais para a sustentabilidade. O eixos ambiental, econômico e social. Dentro do eixo social podemos falar da otimização dos recursos humanos. Uma pesquisa recente de uma universidade da Califórnia mostrou que trabalhadores satisfeitos possuem produtividade 31% maior, em média. Hoje, o nível de felicidade de um colaborador é fundamental para a organização. Isso passa pela inovação, algo que as redes podem contribuir muito. Percebemos então, que a sustentabilidade alcança diversos níveis* — pontuou Ferri.

[VOLTAR](#) | [INÍCIO](#)

DGER.COM

[AVANÇAR](#)

Experiência do TCU – Outro integrante da Rede Legislativo Sustentável é o Tribunal de Contas da União. Segundo Benjamim Lima, chefe do Serviço de Gestão Socioambiental, as ações de sustentabilidade vêm sendo implementadas desde 2008, com o projeto “TCU ecologicamente correto”.

— *Entretanto, não eram ações institucionalmente regulamentadas, o que passou a ocorrer com a implantação da Política de Sustentabilidade do Tribunal de Contas da União, instituída por meio da Resolução-TCU nº 268, de 04/03/2015, que estabeleceu uma série de diretrizes alinhando os processos decisórios ao conceito de Sustentabilidade* — afirmou Benjamim.

Tanto o TCU quanto o Senado e a Câmara integram a Agenda Ambiental da Administração Pública do Governo Federal. Benjamim comenta que o TCU foi agraciado com o prêmio A3P 2018 pela ação “Implantação de usina fotovoltaica”, vencedora da categoria inovação pública.

— *Entre nossas ações destacam-se a redução no consumo de energia elétrica, medidas de economia de água, supressão do consumo de garrafas descartáveis de plástico, aquisição de copos biodegradáveis, Almoxarifado Zero, Feira de Orgânicos, vagas em garagem para carros elétricos, entre outras iniciativas que enfatizam o comprometimento do Tribunal de Contas da União com as diretrizes da sua Política de Sustentabilidade, que busca conciliar ganhos ambientais, sociais e econômicos* – complementa Benjamin.

No período, a economia conjunta total foi de mais de 25 milhões de reais. Em termos ambientais, mais de sete milhões de garrafas plásticas deixaram de ser consumidas no período 2016-2020. Redução de 2.500 para 32 itens em Almoxarifado. Destaque para Redução de 27% no consumo de energia elétrica; 60% no consumo de água; 72% no número de impressoras.

Câmara dos Deputados – Luiz Vicente da Costa Braga, do EcoCâmara, destaca o pioneirismo desta unidade administrativa voltada à sustentabilidade. *“O EcoCâmara existe há 18 anos. Ele foi criado inicialmente para resolver a questão de resíduos sólidos, porque muitos catadores de papel buscavam este material no entorno da Casa. Este trabalho continua até hoje. Temos contrato com cooperativa de catadores. Também revitalizamos a coleta seletiva além de muitas outras iniciativas”*

De acordo com ele, desde 2015, a Câmara conseguiu reduzir em 50% o consumo de água. De 2019 para cá, o consumo de energia elétrica caiu em mais de 20 por cento. Costa Braga ressalta a importância dos Planos de Logística Sustentável, que em sua opinião materializam ideias e conceitos para aplicação prática na realidade dos parlamentos, gerando metas e objetivos.

— *Estamos sempre conversando com as áreas técnicas. Daí surgiram ideias como a usina fotovoltaica e a diminuição do uso de ar-condicionado. O ar-condicionado geralmente representa cerca de 30% do consumo de energia elétrica de uma instituição* — pontuou.

Outra iniciativa citada por Braga foi a redução em 90% do material destinado à incineração, os chamados resíduos perigosos da área médica. Ele afirma que a Rede Legislativo Sustentável é motivo de orgulho para todos os atores envolvidos.

— *Conseguimos criar uma rede, partindo do zero, em menos de três anos. Isso em termos de serviço público é um grande feito. A ideia da rede é compartilhar, aprendermos uns com os outros. Existem muitas Câmaras Municipais fazendo coisas legais. Muitas delas já estão produzindo energia a partir de placas fotovoltaicas.*

CULTURA E HISTÓRIA

INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR

ARQUIVO S SEGUE RESGATANDO A HISTÓRIA DO BRASIL PELO OLHAR DO SENADO FEDERAL

Faz sete anos que o “Arquivo S” vem inovando a forma de apresentar a história do Brasil, integrando um personagem fundamental em nossa trajetória política: o Senado Federal. A coluna mensal do Portal Senado Notícias, publicada na primeira sexta-feira de cada mês, conta episódios da história a partir de documentos do Arquivo do Senado, em especial discursos e projetos de lei dos senadores das épocas em questão. Os episódios são mostrados pela perspectiva da Casa.

A produção do material é resultado de uma parceria entre a Agência Senado e o Arquivo da Casa. Servidor da Secretaria de Comunicação (Secom) e responsável pela coluna, o jornalista Ricardo Westin conta que a ideia partiu do Arquivo, com o objetivo de dar visibilidade ao seu acervo, que possui uma coleção histórica muito rica que cobre os últimos 195 anos da história do Brasil [o Senado foi criado em 1826].

— *A coluna teve início em 2014. O Arquivo do Senado faz a pesquisa histórica e nos envia o material bruto, a partir do qual escrevemos as reportagens* — explica Ricardo.





No Império, Senado estudou criar
CPI da Guerra do Paraguai

02/07/2021

Liberdade de Imprensa



Parlamento derrubou planos de D.
Pedro I de restringir a liberdade de
imprensa

04/06/2021

Sociedade



Senador Abdias Nascimento, uma
vida dedicada à luta contra o
racismo

07/05/2021

Sociedade



Armamento da população foi
incentivado na Colônia e no Império
e só virou preocupação nos anos
1990

09/04/2021

Critérios de reportagem - Segundo o jornalista, existem dois critérios para escolher os temas da coluna: *“O primeiro é quando há um tema da atualidade em evidência. Nesse caso, buscamos esse mesmo tema no passado. Quando houve a discussão em torno do racismo motivada pelo assassinato de George Floyd nos Estados Unidos em 2020, por exemplo, mostramos o que foi e como surgiu a primeira lei brasileira contra o racismo, a Lei Afonso Arinos de 1951”*

— *O tema do mês de julho foi motivado pela atual CPI da pandemia: explicamos que os senadores tentaram criar há 150 anos a CPI da Guerra do Paraguai, para investigar supostas falhas do governo imperial no conflito em questões financeiras, administrativas e militares* — diz Ricardo. Esta reportagem pode ser conferida na página da **coluna**.

O segundo critério adotado pela coluna é a efeméride. Quando algum evento importante faz aniversário, ele se transforma em tema do Arquivo S. *“Em 2018, por exemplo, aproveitamos o centenário da pandemia de gripe espanhola de 1918 para contar essa história. Em 2020, quando Brasília completou 60 anos, mostramos todos os planos anteriores ao de JK para transferência da capital nacional do Rio de Janeiro para o centro do Brasil. Além de utilizarmos os documentos do Arquivo do Senado, sempre entrevistamos historiadores. O Arquivo S, portanto, é feito com bastante rigor histórico.”*

Livros – A cada ano, as reportagens do período compõem um livro. O material é ilustrado com fotos e desenhos, tornando-o atraente para estudantes do ensino médio. A coleção de livros “Arquivo S – O Senado na História do Brasil” já tem seis volumes. O quinto e o sexto foram lançados neste ano.

Leitores do Arquivo S elogiam a iniciativa e falam da importância do material para a divulgação histórica entre os mais jovens. O jornalista e escritor Eduardo Bueno, que possui um canal no Youtube chamado “Buenas Ideias” com cerca de 500 mil seguidores, destaca o formato atraente do Arquivo S.

— *Quando a história é apresentada como uma mera disciplina escolar, aquela sequência sem fim de nomes e datas, é natural que os jovens a vejam como mais uma chatice que vão ter que aturar até o fim do colégio. Mas quando ela é mostrada como um processo dinâmico, intenso e cheio de aventura, os jovens começam a se interessar, a curtir-la, e a história passa a fazer parte da vida deles mesmo depois da escola. É o que eu faço, é o que o Arquivo S faz.*



No Colégio Estadual Francisco Machado de Araújo, localizado em Luziânia (GO), a professora Kilvia Alves de Oliveira recorre as reportagens quando percebe que os alunos estão com dificuldades de compreender os episódios históricos no livros didáticos.

— *O livro escolar, às vezes conta a história de uma forma mais genérica, quase abstrata. O Arquivo S é diferente porque traz as falas e as impressões dos senadores sobre episódios históricos que eles mesmos viveram. Os alunos gostam muito porque é como se o passado ganhasse vida e se tornasse visível e até palpável* — diz a professora.

Papel Institucional - Ricardo Westin acredita que em termos institucionais, o Arquivo S ajuda a mostrar que, de uma forma ou de outra, o Senado sempre participa dos grandes acontecimentos nacionais. Na opinião dele, é uma forma de chamar a atenção dos cidadãos para o fato de que o voto faz diferença nos rumos e na história do país.

— *O Arquivo S pode ser considerado um serviço de utilidade pública e um instrumento de cidadania. Copio aqui um trecho do texto que pusemos na orelha do livro: 'Para que serve conhecer a história do Brasil? Não podemos encarar o conhecimento histórico apenas como um museu que visitamos para contemplar passagens curiosas do passado. Muito mais do que isso, devemos utilizar a história a nosso favor, como instrumento que nos mostre como surgiram os problemas do presente e nos ajude a encontrar as soluções. É com essa ideia sempre em mente que a seção Arquivo S, do Portal Senado Notícias, explora a riqueza dos documentos antigos que estão sob a guarda do Arquivo do Senado, em Brasília'* — finaliza o jornalista.



Prêmio Alan Viggiano de Literatura

SERVIDORES DO SENADO CONQUISTAM PRÊMIO DE LITERATURA

Sabe aquela máxima de ver “se o copo está meio cheio ou meio vazio”? Para o servidor aposentado José Afonso Braga faz todo sentido. Após perder os movimentos devido à esclerose lateral amiotrófica (ELA), doença degenerativa do sistema nervoso central que causa paralisia motora progressiva, a postura otimista do servidor diante da doença é motivo de admiração.

Não é para menos. Além de encarar com resiliência as adversidades impostas pela condição, José Afonso tem colecionado uma série de realizações importantes. Uma delas foi o desenvolvimento de um software, o **WeCanSpeak**, que transforma texto em fala por meio do computador. Para criar o aplicativo, ele utilizou apenas o movimento dos olhos.

[VOLTAR](#) | [INÍCIO](#)

[DGER.COM](#)

[AVANÇAR](#)



Leia aqui:

CIDADE DA ESPERANÇA

José Afonso
Braga

Já no ano passado, o servidor lançou o livro *ELA não venceu*, que conta a história de como sua família foi atingida pela doença, os primeiros sintomas, o triste diagnóstico, a dor, as emoções, as adaptações para ter qualidade de vida e, principalmente, o modo positivo de encarar tamanha adversidade.

Para completar a lista de feitos, neste ano, ele conquistou o quinto lugar no Prêmio Alan Viggiano de Literatura, com o conto “Cidade Esperança”. A competição, que teve como temática ‘Brasília: aqui vive a esperança’, é uma realização do Sindicato dos Escritores do Distrito Federal (Sindescritores), em parceria com o Instituto Fazer o Bem (Ifob). De acordo com ele, o êxito veio de maneira inesperada.

— *Estava procurando uma forma de dar continuidade à escrita após lançar o livro *ELA não venceu*, no final do ano passado, e o prêmio Alan Viggiano surgiu no momento certo. Foi uma grande e emocionante surpresa. Eu nunca havia participado de um concurso literário e, nem mesmo, escrito um conto. Fiquei muito feliz com o resultado e pretendo continuar escrevendo* — disse José Afonso.

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

AVANÇAR

Amor por Brasília – Neste ano, o prêmio homenageou o aniversário de Brasília e contou com a participação de 126 escritores residentes no Distrito Federal. Ao todo, 60 textos foram escolhidos como finalistas e serão publicados numa coletânea, a ser lançada exclusivamente em formato digital na plataforma Amazon. Outro servidor selecionado foi Tércio Ribas, jornalista da Agência Senado, que ficou em vigésimo lugar com o conto "A Varanda da Esperança".

— *Meu conto fala de uma menina que tinha o costume de fazer caminhada em uma esteira ergométrica na varanda do seu apartamento. Ela termina, involuntariamente, conquistando um admirador do prédio vizinho. É uma história de amor e esperança: o que mais precisamos em tempos de dificuldade* – disse.

Leia aqui:

**A VARANDA
DA ESPERANÇA**

Tércio Ribas
Torres



Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

Para Tércio, estar entre os selecionados é motivo de alegria e reforça o compromisso do escritor com sua obra. De acordo com o servidor, que escreveu o material especificamente para o prêmio, concursos literários costumam ter suas particularidades, “mas é sempre bom participar”. Melhor ainda, salienta, é conseguir a classificação.

— *A escrita é uma paixão que trago desde a infância. Reuni meus poemas de infância e publiquei um livro artesanal com o título “Inspiração e Poesia”, no início de 1990. Depois, foi a vez dos meus poemas adolescentes, no livro “Poema e Paz”, em 1994. Em 2016, saiu meu primeiro romance. “Beleza Estranha” ganhou o prêmio AWA Latino International como melhor romance em português do ano de 2016. Também já participei de algumas coletâneas de poemas. E, de vez em quando, a mente trabalha em um conto* — detalhou.

VOLTAR | INÍCIO

DGER.COM

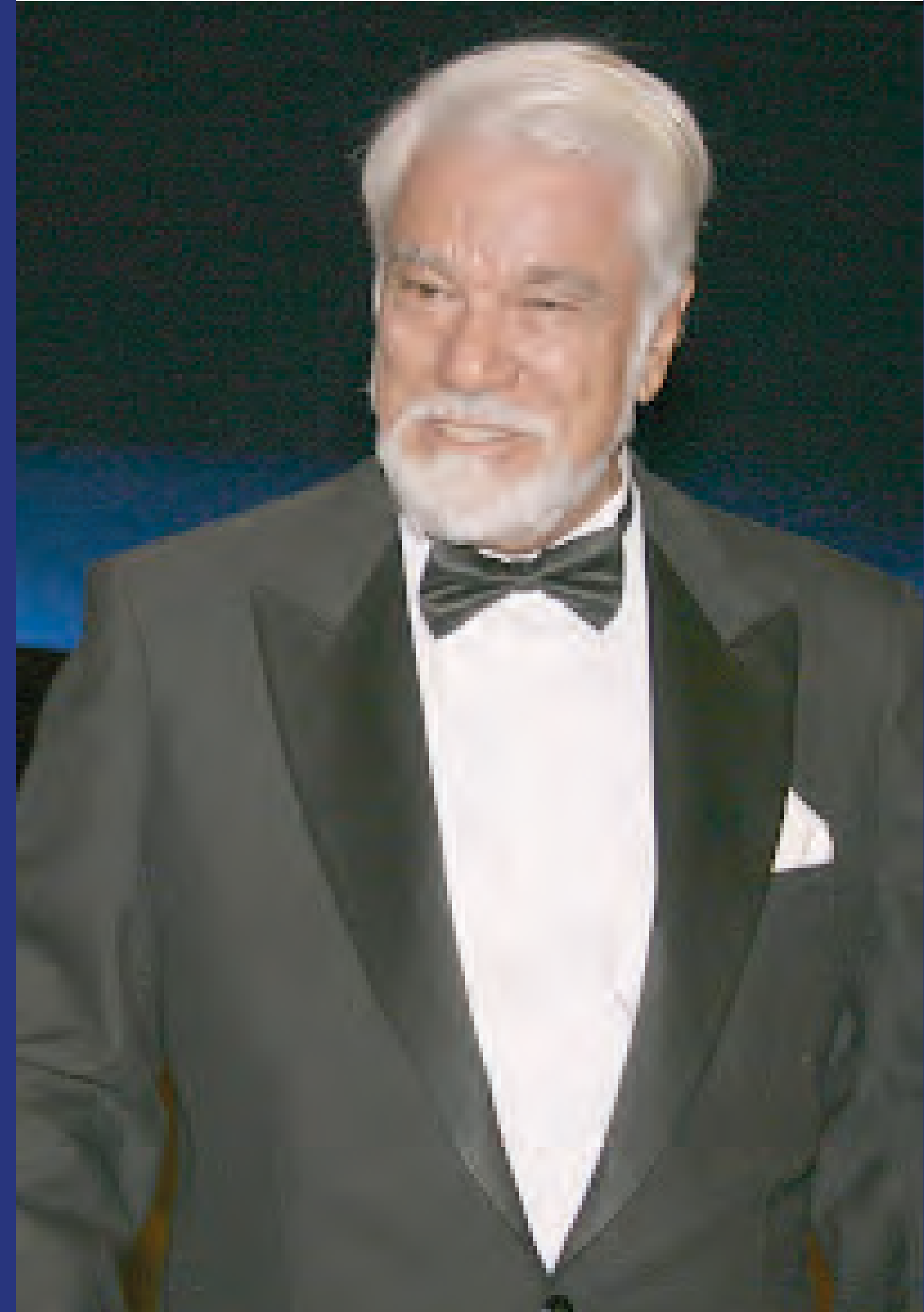
AVANÇAR

Conheça mais sobre o servidor que deu nome ao prêmio

Alan Viggiano é servidor aposentado do Senado Federal. Ingressou na Casa em 1963, aprovado em concurso para vaga de taquígrafo, função que exerceu por mais de 17 anos. Ele também atuou nos gabinetes de alguns senadores como Jorge Kalume, Jarbas Passarinho e Maurício Corrêa. Allan aposentou-se em 1988.

Além de servidor público, Alan é bacharel em direito, jornalista e escritor. Em 1965, publicou seu primeiro livro, o romance Amanhece. Em 1970, formou-se em Comunicação pela Universidade de Brasília. Em 1971, tornou-se assessor de imprensa da UnB. Trabalhou como jornalista na Última Hora e no Correio Braziliense. Em 1979, entrou para a Academia Brasiliense de Letras. Em 1983, tornou-se mestre em Literatura Brasileira pela UnB. Em 1984, entrou para a Academia de Letras e Artes do Planalto.

É integrante da Associação Nacional de Escritores e foi quatro vezes presidente da entidade. Fundou e foi o primeiro presidente do Sindicato dos Escritores do Distrito Federal. Fundou a Editora André Quicé. Recebeu da Academia Brasileira de Letras os prêmios Afonso Arinos (contos), por “O Exilado”; Francisco Alves, por uma monografia sobre o ensino fundamental no Brasil e sobre a língua portuguesa; e Coelho Neto (romance), por Lisábria de Jesus.





Redação/Edição e Revisão de textos: Patrícia Fernandes, André Luiz e Rogério Dy La Fuente

Diagramação e Arte: Thomás Côrtes e Lucas Dias

Fotos: Núcleo de Intranet, Agência Senado e arquivos pessoais

Fontes Utilizadas: Núcleo de Intranet, Agência Senado e textos das áreas

Diretora-Geral do Senado Federal: Ilana Trombka

Brasília, 12 de agosto 2021